# Demonstrações Financeiras

VIA VAREJO S.A.

31 de dezembro de 2013 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A. (anteriormente denominada Globex Utilidades S.A.), diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo"), atua basicamente no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis. Sua sede social está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia atua também no financiamento das vendas a prazo por interveniência da Companhia ou por meio de carteira de crédito da sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"). A FIC também opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento.

Fundada em 1946, a Companhia em 31 de dezembro de 2013 operava com 999 lojas, sendo 397 sob a bandeira Ponto Frio e 602 sob a bandeira Casas Bahia, presente em quase todo território brasileiro, contando com uma infraestrutura logística com 14 Centros de Distribuição.

A Companhia tem sua ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa") sob os códigos "VVAR3" e "VVAR11" e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD" ou "GPA"), que por sua vez é controlada pela companhia francesa *Casino Guichard Perrachon*.

# a) Reorganizações Societárias

Incorporação Nova Casa Bahia ("NCB")

Em 2 de janeiro de 2013, os acionistas de Via Varejo em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram todos os atos necessários para incorporação da controlada integral Nova Casa Bahia S.A. pela Companhia.

A incorporação visou a simplificação de suas estruturas organizacionais e societárias, propiciando, assim, para ambas as Companhias, uma redução de seus custos administrativos e operacionais.

Esta alteração societária não gerou impactos sobre o patrimônio líquido individual e consolidado da Companhia, bem como na apresentação das informações demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a NCB já estava inserida em sua totalidade nos saldos consolidados da Companhia. Entretanto, as demonstrações financeiras individuais foram impactadas pelos saldos existentes na data da incorporação.

Os efeitos no balanço de 2 de janeiro de 2013 da controladora Via Varejo como resultado da incorporação da controlada NCB, descrita acima, foram os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações corporativas -- Continuação

a) Reorganizações Societárias -- Continuação

Incorporação Nova Casa Bahia -- Continuação

	02.01.2013
Caixa e equivalentes de caixa	1.879.961
Contas a receber	2.004.015
Estoques	1.656.004
Impostos a recuperar	438.959
Outros ativos circulantes	115.298
Total do ativo circulante	6.094.237
Contas a receber	108.499
Impostos a recuperar	662.191
Outros ativos não circulantes	226.551
Investimentos	37.041
Imobilizado e Intangível	710.751
Total do ativo não circulante	1.745.033
Total do ativo	7.839.270
Fornecedores	1.653.321
Empréstimos e financiamentos	2.534.281
Impostos a recolher	347.148
Outros passivos circulantes	736.160
Total do passivo circulante	5.270.910
Empréstimos e financiamentos	595.682
Provisão para demandas judiciais	23.163
Outros passivos não circulantes	337.956
Total do passivo não circulante	956.801
Total do passivo	6.227.711
Acervo líquido incorporado	1.611.559

A Via Varejo sucedeu a NCB em seus direitos e obrigações, respondendo solidariamente pelas obrigações da NCB nos termos do disposto nos artigos 227 e 232, da Lei das S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas -- Continuação

#### b) Arbitragem Morzan Empreendimentos

Em 15 de junho de 2012, a CBD recebeu correspondência da Câmara de Comércio Internacional - CCI, por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. ("Morzan"), antiga controladora da Companhia, em cujo polo passivo figuram a CBD, a Companhia e outros.

O procedimento arbitral está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações, celebrado em 8 de junho de 2009, entre Morzan, na qualidade de vendedora, e Mandala Empreendimentos e Participações S.A. ("Mandala"), na qualidade de compradora, para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Companhia ("Contrato"). A Mandala foi incorporada pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, tendo sido sucedida pela CBD no procedimento arbitral.

Em 11 de julho de 2012, a CBD exerceu seu direito de indicar um árbitro para compor o tribunal arbitral responsável pela condução do procedimento arbitral. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Até a presente data não ocorreram desdobramentos desta arbitragem, portanto, não gerando quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

## c) Avaliação do acervo líquido da Associação entre CBD e Casa Bahia

Em relação aos trabalhos efetuados pelos consultores externos, comunicados ao mercado em 16 de outubro de 2012, 07 de agosto de 2013 e 23 de maio de 2013 pela CBD e pela Via Varejo, respectivamente, e pelos assessores jurídicos e peritos contratados pela Companhia (coletivamente "Consultores Contratados"), informamos que estes foram concluídos em outubro de 2013, possibilitando à administração conduzir negociações para finalizar as discussões entre as partes.

Após análise criteriosa dos aspectos societários, jurídicos e econômicos, a Companhia, CB e CBD celebraram um instrumento particular de transação que determina a quitação integral, irrevogável e irrestrita dos assuntos oriundos do trabalho dos Consultores Contratados. Como resultado, além dos efeitos anteriormente divulgados nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013, a Via Varejo recebeu indenização de CB no valor de R\$85.000, compreendendo R\$27.700 referentes a valores a receber contabilizados pela Companhia e R\$57.300 referente a recebíveis até então considerados contingentes e, portanto, não contabilizados. Também foram efetuadas baixas de recebíveis que foram concluídos como não passíveis de reembolso pelas partes no valor de R\$54.667 (vide nota 27).

Consequentemente, não haverá ajustes contábeis adicionais com relação a este tema. O saldo de contas a receber com CB e CBD em 31 de dezembro de 2013 estão devidamente amparados pelo acordo de associação vigente e expressamente previsto como passíveis de recebimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas -- Continuação

#### d) Termo de Compromisso de Desempenho

Conforme fato relevante divulgado em 17 de abril de 2013, a Companhia, seus acionistas CBD e Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), em conjunto Compromissárias, e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para a aprovação do Acordo de Associação celebrado entre a CBD e CB em 4 de dezembro de 2009 e aditado em 1º de julho de 2010, que tem por objetivo estabelecer medidas que:

- (1) impedem que a unificação das operações das Compromissárias implique em eliminação substancial da concorrência;
- (2) garantem condições para existência de rivalidade efetiva nos mercados afetados pela operação;
- garantem condições para entrada rápida e eficiente de concorrentes nos mercados referidos;
- (4) assegurem que os benefícios decorrentes da associação sejam distribuídos equitativamente entre seus participantes, de um lado, e os consumidores finais, de outro, naqueles mercados específicos.

De forma a atender os objetivos do TCD, a Companhia e seus acionistas têm por principal obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 munícipios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal, que juntas representaram aproximadamente 3% das vendas brutas consolidadas de Via Varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Até 31 de dezembro de 2013 foram vendidas 35 lojas, e até a data da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, o contrato de condições precedentes definidas no TCD não foi aprovado e pode ter influência significativa no valor de venda final das lojas. A Companhia não espera reconhecer perdas por não realização de ativos decorrentes da venda destas lojas.

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída uma provisão referente às 39 lojas remanescentes não vendidas no valor de R\$30.363, correspondente ao ativo imobilizado residual destas lojas, bem como a multa aplicada à Companhia no caso de não tê-las vendido.

O CADE tem fiscalizado o cumprimento das obrigações assumidas no TCD, estando a Companhia sujeita a apresentar dados e informações que a autarquia julgar necessária.

#### e) Venda de participação - Nova Pontocom

A Companhia vendeu participação de 6,2% de Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom" ou "Nova.com") para a controladora CBD em 17 de outubro de 2013. Todas as informações sobre esta operação constam na nota 32(a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações corporativas -- Continuação

# f) Aquisição Bartira

A Companhia adquiriu 75% da Indústria de Móveis Bartira ("Bartira") em 02 de dezembro de 2013 por R\$ 212.273. Todas as informações sobre esta operação constam na nota 32(b).

# g) Oferta Pública de Ações

A Companhia realizou uma oferta pública secundária de ações em dezembro de 2013.

Os acionistas CBD e CB ofertaram um total de 28,8% das ações da Companhia e passaram a ter participação de 43,3% e 27,3%, respectivamente, do capital total da Companhia.

Os custos de oferta das ações foram assumidos pela Companhia, conforme previsto no Acordo de Acionistas, e totalizaram R\$ 88.457. Vide nota explicativa nº 24(f).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de elaboração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a controlada atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seriam pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Os saldos da controlada incorporada NCB estão integralmente incluídos nas demonstrações financeiras da Controladora. Portanto, os saldos da Controladora em 31 de dezembro de 2013 não são comparáveis com os períodos anteriores à incorporação.

Conforme mencionado nas notas 1(e) e 32(a), a Companhia alienou o controle de Nova Pontocom. De acordo com o CPC 31 a Companhia deve divulgar em uma única linha na demonstração do resultado, os efeitos das operações descontinuadas (o resultado liquido total após o imposto de renda), incluindo a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores. Por este fato, as demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado de 2012 foram reapresentadas.

Dessa forma os saldos patrimoniais de Nova Pontocom estão integralmente excluídos nas demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, os saldos do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 não são comparáveis com os períodos anteriores à alienação de controle.

Nos quadros das notas explicativas seguintes, os valores patrimoniais de aquisição da Bartira estão localizados na coluna/linha "Aquisição", e os saldos patrimoniais na data de alienação da Nova Pontocom estão localizados na coluna/linha "Desconsolidação".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Base de consolidação

## a) Participação em controladas e associadas

Participação nos investimentos (%)

Participação nos i	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	.2013	31.	12.2012
		Participação	Via	Participação
Investimentos	Via Varejo	indireta	Varejo	indireta
Controladas:				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (d)	99,99%	0,01%	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. ("FACT")	99,99%	0,01%	100,00%	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. ("PFAB")	99,99%	-	99,99%	-
Sabara S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. ("PCRE")	99,50%	0,50%	99,50%	0,50%
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	-	100,00%	-
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,95%	0,05%	99,99%	0,01%
Átino Consultoria Ltda. (b.2)	-	100,00%	99,90%	-
Casa Bahia Contact Center Ltda. ("CBCC")	99,99%	0,01%	0,01%	99,99%
Globex – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")				
(b.1)	-	-	100,00%	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom" ou				
"Nova.com")	-	-	50,10%	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	-	-	50,10%
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	-	-	50,10%
·				•
Joint operation:				25 000/
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (d)	-	-	-	25,00%
Associadas:				
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (c.2)	43,90%	-	-	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	43,90%	-	-
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	43,90%	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (c.1)	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (c.1)	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%

# b) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. Controladas são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem controle. A Companhia controla uma entidade quando ela é exposta, ou tem direitos sobre, aos retornos variáveis como resultado do seu envolvimento com a investida, e quando os retornos do investidor decorrentes de seu envolvimento tem o potencial de variar conforme o resultado do desempenho da investida. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde a data em que a Companhia obtém o controle e excluída da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3. Base de consolidação - Continuação

#### b) Controladas -- Continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a controladora, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

#### b.1) Globex FIDC

A Companhia consolidava as demonstrações financeiras do Globex FIDC, que representava fundo de investimento constituído com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e suas controladas. A consolidação se justificava pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estarem vinculados às quotas subordinadas detidas pela Companhia e pelas controladas.

As operações com Globex FIDC foram encerradas em 26 de março de 2013, vide nota explicativa  $n^{\circ}$  9.

## b.2) Átino

A empresa Nova Extra Eletro Comercial Ltda. alterou sua razão social para Átino Consultoria Ltda. A Companhia transferiu o controle desta controlada para a controlada FACT.

#### c) Associadas

Associadas são entidades em que a Companhia exerce influência significativa, mas não possui o controle sobre suas atividades. São reconhecidos inicialmente pelo custo ou valor justo, conforme cada caso, e tem seus resultados contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados na medida da participação nas associadas.

As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação - Continuação

## c) Associadas -- Continuação

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

#### c.1) BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas, BINV e FIC, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. A Companhia exerce influência significativa, através de participação no Conselho de Administração das associadas, mas não o controle. O poder sobre as atividades relevantes, sobretudo relacionadas às decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC, pertence ao Itaú Unibanco.

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

-	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	
Ativo circulante	3.521.683	3.384.723	
Ativo não circulante	32.210	43.171	
Ativo total	3.553.893	3.427.894	
_	_		
Passivo circulante	2.826.368	2.768.570	
Passivo não circulante	23.192	18.710	
Patrimônio Iíquido	704.333	640.614	
Total passivo e patrimônio líquido	3.553.893	3.427.894	
-	<del>-</del>		
Demonstração do resultado:	31.12.2013	31.12.2012	
Receitas	895.102	897.814	
Resultados operacionais	157.764	66.671	
Lucro líquido do exercício	87.939	39.268	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Base de consolidação – Continuação

## c) Associadas -- Continuação

# c.2) Nova.com

Conforme apresentado na nota 32(a), a Companhia vendeu o controle de Nova.com em outubro de 2013. Apesar da venda, a Companhia continua a exercer influência significativa em Nova.com através de participação de dois diretores no Conselho de Administração da associada.

As demonstrações financeiras resumidas da Nova Pontocom são as seguintes:

	31.12.2013
Ativo circulante	1.428.041
Ativo não circulante	534.844
Ativo total	1.962.885
Passivo circulante	1.901.485
Passivo não circulante	6.917
Patrimônio líquido	54.483
Total passivo e patrimônio líquido	1.962.885
Demonstração do resultado:	4TRI13(*)
Receitas	1.415.276
Resultados operacionais	49.596
Lucro líquido do exercício	2.204

<sup>(\*)</sup> As informações referentes ao resultado estão demonstradas somente para o período compreendido entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2013, ou seja, após a desconsolidação da Nova Pontocom na Companhia.

#### d) Participação em negócio em conjunto - Bartira

Até 31 de outubro de 2013, a Companhia possuía participação direta em um negócio em conjunto, classificada como *joint operation* conforme designado pelo CPC 19R2 (IFRS 11), denominada Bartira, na qual os participantes (Via Varejo com 25%, e CB com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelecia controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exigia deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes, sobretudo as decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da Bartira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Base de consolidação - Continuação

#### d) Participação em negócio em conjunto - Bartira -- Continuação

A Companhia reconhecia em suas demonstrações financeiras sua participação na *joint operation* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combinava sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint operation* com itens semelhantes – linha a linha – em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint operation* eram preparadas para o mesmo período e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira do exercício de 2012 do período de 10 meses findo em 31 de outubro de 2013, data da alteração da classificação de Bartira de *joint operation* para controlada.

	31.10.2013	31.12.2012
	100%	100%
Ativo circulante	79.525	157.196
Ativo não circulante	92.465	73.244
Total do ativo	171.990	230.440
Passivo circulante	91.097	111.500
Passivo não circulante	9.451	16.440
Patrimônio líquido	71.442	102.500
Total do passivo e patrimônio líquido	171.990	230.440
Demonstração do resultado	31.10.2013	31.12.2012
Receita operacional líquida	450.919	464.048
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(40.828)	5.516
Resultado do período/exercício	(30.987)	68

Em 31 de outubro de 2013, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a aquisição pela Companhia da parcela remanescente do capital social de Indústria de Móveis Bartira Ltda., detidas pela Casa Bahia Comercial Ltda, por meio do exercício da opção de compra registrada pela Companhia Brasileira de Distribuição e cedida para a Companhia na mesma data, no âmbito da combinação de negócios efetuada em 2010, que resultou na criação da Via Varejo S.A. A partir desta data, a Via Varejo passou a consolidar Bartira como uma controlada integral. A transação de transferência de controle de Bartira está descrita na nota 32(b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis

#### a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro.

A nota explicativa nº 18 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

#### (i) Ativos financeiros

## Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas, e são classificados pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Principais políticas contábeis -- Continuação
  - a) Instrumentos financeiros -- Continuação
    - (i) Ativos financeiros -- Continuação

## Mensuração subsequente -- Continuação

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- <u>Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento:</u> são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos e passivos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

## Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle do ativo.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 4. Principais políticas contábeis -- Continuação
  - a) Instrumentos financeiros -- Continuação
    - (i) Ativos financeiros -- Continuação

# Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerado apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando estes dados indicam queda mensurável dos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### a) Instrumentos financeiros -- Continuação

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

# Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

## Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

## Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é informado nos balanços patrimoniais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Principais políticas contábeis -- Continuação

#### b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são incialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

#### c) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como hedge de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- Com relação aos hedges de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

c) Contabilização de hedge - Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e no cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas CDI e Cupom limpo, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

## d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

## e) Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

Os contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem a TEJ, quando aplicável. A amortização da TEJ está incluída no resultado operacional líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento dos balanços a Companhia avalia se os ativos ou grupo de ativos financeiros, apresentaram perda de seu valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes baseia-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego, e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada incobrável e, portanto baixada da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### f) Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

## g) Bonificação

As bonificações recebidas e a receber de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos assinados, e registradas ao resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Os recebíveis são registrados como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, uma vez que a Companhia possui o direito da liquidar os passivos com fornecedores, líquidos dos valores a receber de bonificação.

# h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receita operacional líquida", pela fruição do prazo.

Demais rubricas do balanço patrimonial cuja aplicação do ajuste a valor presente se faça necessário, tem a sua contrapartida na rubrica de "Resultado financeiro".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e/ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa ("UGC"), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("CAPM"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

#### i) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### j) Imobilizado -- Continuação

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

#### k) Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos.

# I) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, ágio, marca, contratos vantajosos adquiridos em combinação de negócios e fundo de comércio.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### m) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade.

# n) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

#### A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas do arrendamento mercantil (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### n) Arrendamento mercantil -- Continuação

#### A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

## o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

## p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social.

Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

## q) Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia e suas subsidiárias pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços, e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço junto aos parceiros comerciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### r) Patrimônio líquido

As ações da Companhia ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

## s) Pagamento baseado em ações

Os colaboradores (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) podem receber remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### s) Pagamento baseado em ações -- Continuação

Operações liquidadas com ações

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não tivessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação. Vide nota explicativa nº 29.

# t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado, consistindo as operações continuadas e descontinuadas, com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- numerador: lucro do exercício; e
- denominador: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

## u) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso, especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Principais políticas contábeis -- Continuação

## u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

# (i) Receita

#### a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

## b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia como estipulante nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas líquidas dos respectivos custos e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

## c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira desta operação é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto da Companhia, na demonstração do resultado.

#### d) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

#### e) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Principais políticas contábeis -- Continuação

#### u) Apuração do lucro líquido -- Continuação

#### (ii) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. O custo dos transportes estão incluídos nos custos de aquisição.

## (iii) Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, frete para entrega aos clientes etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que a Companhia atua. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores de bonificação recebidos de fornecedores, em cooperação com as campanhas.

#### (iv) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

# (v) Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos excepcionais e significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.

#### (vi) Resultado financeiro

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

- u) Apuração do lucro líquido -- Continuação
  - (vi) Resultado financeiro -- Continuação

As receitas financeiras incluem, substancialmente, os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e outros descontos obtidos.

## v) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável futuro contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

v) Tributação -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável futuro suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

#### **Outros Impostos**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas no resultado do exercício. As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais; e
- Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### w) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa física distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano. Vide nota explicativa nº 30.

## x) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

# y) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis -- Continuação

#### y) Combinações de negócios e ágio -- Continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

# z) Ativos circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

A conta de ativo circulante classificado como mantidos para venda é mensurada com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo. Ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Na demonstração consolidada do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucros após impostos, mesmo quando a Companhia detiver participação não controladora após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

Os seguintes novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos, aplicáveis à Companhia, foram emitidos pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações financeiras consolidadas - a IFRS 10 substituiu o SIC 12 e a IAS 27 e inclui uma nova definição de controle que se aplica às demonstrações financeiras quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia avaliou se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias pelo IFRS 10 é diferente da adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 27 e SIC 12. Se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias é diferente, o período comparativo imediatamente anterior (ex. 1º de janeiro de 2012) é ajustado para ser consistente com o tratamento adotado em 31 de dezembro de 2013, ao menos que seja impraticável. A Companhia concluiu que a adoção do IFRS 10 não altera a consolidação de suas subsidiárias e, portanto não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

IFRS 11 / CPC 19 (R2): Negócios em conjunto - a IFRS 11 substituiu o SIC 13 e IAS 31 e se aplica aos negócios e contratos controlados em conjunto. De acordo com essa norma, negócios e contratos controlados em conjunto com outros acionistas são classificados como negócios em conjunto. O tratamento contábil dependerá da classificação do negócio em conjunto celebrado, podendo ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (joint ventures), ou pela consolidação de seus interesses em ativos, passivos, receitas e despesas contribuídos à operação em conjunto (joint operation). A Companhia avaliou se a conclusão sobre o tratamento contábil dado aos negócios em conjunto que participa pelo IFRS 11 é diferente da adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 31 e SIC 13. Se a conclusão sobre a consolidação de seus negócios em conjunto é diferente, o período comparativo imediatamente anterior (ex. 1º de janeiro de 2012) é ajustado para ser consistente com o tratamento adotado em 31 de dezembro de 2013, ao menos que seja impraticável. A Companhia detinha investimentos em um negócio em conjunto denominado Bartira (vide nota explicativa nº 3(d)). Bartira estava classificada como uma operação em conjunto até a data de combinação de negócios ocorrida em 1º de novembro de 2013 (vide nota explicativa nº 32(b)). O reconhecimento contábil para as operações em conjunto segundo a IFRS 11 é o mesmo tratamento contábil adotado para as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pela adoção da IFRS 11.

<u>IFRS 12 / CPC 45: Divulgação de participações em outras entidades</u> – a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

<u>IFRS 13 / CPC 46: Mensuração do valor justo</u> – a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 13.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e vigentes que impactam significativamente o resultado do exercício ou o patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

## Normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas e interpretações emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros — Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

<u>IFRIC 21 - Taxas</u> - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adocão.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir descrevemos as principais emendas:

- IAS 16 Imobilizado (CPC 27): esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- <u>IAS 32 Instrumentos financeiros Apresentação (CPC 39)</u>: adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.
- <u>IAS 36 Impairment de ativos (CPC 01)</u>: adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

IAS 39 – Impairment de ativos (CPC 01): adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar hedge accounting se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

Medida Provisória 627/13 - em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória ("MP") 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória – RTT. A Companhia, apoiada por seus assessores externos, analisou os dispositivos desta MP, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013. Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a Lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

# Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

#### a) Redução ao valor recuperável - "Impairment"

Conforme método divulgado na nota explicativa 4 (i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não identificando valores a serem provisionados. Vide notas explicativas n° 15 e 16.

#### b) Impostos sobre a renda

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas -- Continuação

#### b) Impostos sobre a renda -- Continuação

Os prejuízos fiscais da Companhia e suas controladas resultam em um benefício fiscal de R\$284.667 em 31 de dezembro de 2013 (R\$341.935 em 31 de dezembro de 2012). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, e sua utilização esta limitada à 30% do lucro tributável do exercício, e referem-se a Companhia e controladas, que dispõem de oportunidades para realização deste montante nos próximos exercícios.

A nota explicativa nº 20 fornece outros detalhes sobre impostos.

## c) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos (vide nota explicativa nº 21). As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representam expectativa de perdas prováveis estimadas pelos assessores legais com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### d) Compromissos de arrendamento mercantil – a Companhia como arrendatária

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, e registra estes como arrendamento mercantil operacional, uma vez que não retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade destes imóveis. O registro poderia ser diferente caso a Companhia avaliasse que retém os riscos e benefícios da propriedade dos imóveis.

Os saldos de arrendamento mercantil estão apresentados na nota explicativa nº 22.

## e) Aquisição e venda de subsidiárias

A Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ganhos relativos a remensuração da parcela retida em NPC, após a venda de controle, bem como a remensuração da parcela anteriormente detida em Bartira, imediatamente anterior a data da combinação de negócios. Ambos os ganhos foram mensurados baseados em avaliações econômicas preparadas pela Administração, e revisadas por consultores contratados pela Companhia. Estas avaliações econômicas levam em consideração projeções futuras de resultado, bem como, taxas de desconto que refletem o custo de capital investido. A Administração da Companhia entende que as avaliações econômicas estão, em 31 de dezembro de 2013, adequadamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Vide nota explicativa nº 32.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Caixa e equivalentes de caixa

		Control	adora	Cons	olidado
	Taxa (a)	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e contas bancárias		109.905	23.204	111.746	134.944
Aplicações financeiras:					
Banco do Brasil	100,84%	769.219	61.654	769.219	415.929
Bradesco	100,98%	727.454	-	745.363	792.423
Caixa Econômica Federal	101,00%	527.255	_	527.255	1.057
Santander	101,89%	514.489	502	514.489	948
Safra	102,06%	263.607	90.341	263.607	253.809
Crédit Agricole	102,46%	203.204	_	203.204	-
BNP Paribas	101,38%	161.170	_	161.170	-
Votorantim	102,56%	138.257	2.261	139.387	3.638
Itaú BBA	100,39%	48.848	223.877	58.151	965.387
Aplicações automáticas (b)	20,00%	14.108	2.349	15.287	12.999
		3.477.516	404.188	3.508.878	2.581.134

<sup>(</sup>a) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são substancialmente operações compromissadas remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

<sup>(</sup>b) Refere-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa do CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. Contas a receber

	Control	adora	Consolidado		
-	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Administradores de cartões de crédito (a) Financiamento ao consumidor – CDCI (b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d) Ajuste a valor presente (c) Contas a receber de clientes do negócio atacado	71.042 2.249.407 (204.275) (4.769)	56.784 - - - -	71.042 2.249.407 (204.275) (4.769)	183.543 2.078.439 (188.922) (5.488) 30.016	
Outras contas a receber de clientes Circulante	24.194 2.135.599	13.306 70.090	24.737 2.136.142	<u>125.100</u> <u>2.222.688</u>	
Financiamento ao consumidor – CDCI (b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (d) Não circulante	125.219 (10.320) 114.899	- - -	125.219 (10.320) 114.899	117.487 (8.988) 108.499	
Total	2.250.498	70.090	2.251.041	2.331.187	

#### a) Administradores de cartão de crédito

São recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de bens e serviços com vencimento em parcelas de até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. A Companhia vende tais recebíveis de cartões de crédito para bancos ou administradoras de cartões de crédito, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obter capital de giro.

### b) Financiamento ao consumidor

Corresponde aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI), apresentadas líquidos dos juros da operação, que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. Vide nota explicativa nº 17 (c).

### c) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 essas taxas eram em média de 0,72% ao mês (média de 0,72% ao mês em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber – Continuação

### d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
No início do exercício	-	(13)	(197.910)	(217.791)	
Incorporação	(178.142)	-	-	-	
Provisão registrada no exercício	(442.192)	(370)	(467.647)	(327.388)	
Desconsolidação	-	-	41.179	-	
Baixas de contas a receber	405.739	383	409.783	347.269	
No fim do exercício	(214.595)		(214.595)	(197.910)	
Circulante	(204.275)	-	(204.275)	(188.922)	
Não circulante	(10.320)	-	(10.320)	(8.988)	

Abaixo apresentamos a composição do contas a receber, bruto de provisão para crédito de liquidação duvidosa por período de vencimento:

		Aging do contas a receber - Controladora				
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2013	2.465.093	2.242.453	108.945	43.722	29.643	40.330
31.12.2012	70.090	70.073	-	17	-	-

		Aging do contas a receber - Consolidado				
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2013	2.465.636	2.242.996	108.945	43.722	29.643	40.330
31.12.2012	2.529.097	2.324.880	99.814	40.462	27.026	36.915

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Fundos de securitização de recebíveis

A Companhia operava até 2012 com um fundo de securitização de recebíveis, denominado Globex FIDC, constituído para fins de aquisição das contas a receber de cartões de crédito resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes pela Companhia e suas controladas, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente do fundo era composto exclusivamente por 1.910 quotas subordinadas no montante de R\$24.923, integralmente pertencentes a Companhia e estavam registradas no ativo circulante da Controladora, como participação nos fundos de securitização.

#### Reestruturação e encerramento do Fundo

Com o objetivo de mudar a estrutura de endividamento da Companhia, foram negociadas mudanças no fundo de recebíveis.

As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Globex FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior.

Desta forma, as quotas sênior foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanescia no fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que foram resgatadas em 26 de março de 2013, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo.

Com esta reestruturação a Companhia passou a realizar a operação de venda de recebíveis conforme descrito na nota explicativa nº 8 (a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lojas	1.196.591	375.046	1.196.591	1.303.771
Centrais de distribuição	1.093.232	297.990	1.150.879	1.457.617
Almoxarifado	13.325	3.588	13.325	26.168
Bonificações em estoques (a)	(9.027)	(15.983)	(9.027)	(40.178)
Provisão para obsolescência/ quebras (b)	(15.632)	(8.324)	(15.774)	(34.197)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	-	(15.683)
	2.278.489	652.317	2.335.994	2.697.498

### a) Bonificações em estoques

A Companhia apropria ao resultado as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação é vendido.

### b) Provisão para obsolescência/quebras

A Companhia e suas controladas efetuam provisões para obsolescência (giro lento), margem negativa e quebras de estoque na Controladora e Consolidado. Segue abaixo a movimentação da provisão nos períodos apresentados:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
No início do exercício	(8.324)	(16.315)	(34.197)	(58.139)	
Incorporação/aquisição	(13.296)	-	(231)	-	
Adições	(6.516)	(4.018)	(7.954)	(12.889)	
Baixas	12.504	12.009	15.870	36.831	
Desconsolidação	-	-	10.738	-	
No fim do exercício	(15.632)	(8.324)	(15.774)	(34.197)	

### c) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores, utilizando a mesma taxa indicada na nota explicativa nº 8(c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Impostos a recuperar

	Contro	oladora	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Circulante				
ICMS a recuperar (a)	519.651	62.000	520.237	520.433
PIS/COFINS a recuperar	268	4.890	1.425	6.098
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.558	8.792	3.285	13.703
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a)	4.240	4.724	5.676	12.353
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	30.543	5.902	30.796	29.338
Ajuste a valor presente (a)	(109)	-	(109)	(118)
Outros	10.743	20.015	17.699	33.117
Total circulante	566.894	106.323	579.009	614.924
Não Circulante		_		_
ICMS a recuperar (a)	761.815	170.249	761.815	843.743
PIS/COFINS a recuperar	-	-	-	150.713
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a)	12.738	-	14.801	6.679
Ajuste a valor presente (a)	(768)	-	(768)	(679)
Total não circulante	773.785	170.249	775.848	1.000.456
Total	1.340.679	276.572	1.354.857	1.615.380

(a) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar ocorrerá conforme indicada a seguir:

Em 31.12.2013	Controladora	Consolidado
0044	500 704	505.004
2014	523.781	525.804
2015	349.825	351.047
2016	202.774	203.614
2017	221.187	221.187
	1.297.567	1.301.652

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia revisou seu estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa de compensação de débitos baseado em suas operações correntes, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 12. Outras contas a receber

	Controladora		Consol	idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado (i)	38.711	15.762	38.711	67.479
Despesas antecipadas	46.476	6.032	46.993	29.539
Verba cooperada com fornecedores (ii)	-	14.123	-	51.939
Adiantamentos a fornecedores	28.956	-	28.965	2.557
Adiantamentos e empréstimos a funcionários	8.603	4.957	9.166	10.004
Contas a receber relativo a créditos não homologados (iii)	37.677	36.050	37.677	36.050
Contas a receber serviços prestados	-	1.022	-	1.938
Sinistros a receber (iv)	-	_	-	22.037
Outros	10.147	9.319	14.120	14.572
	170.570	87.265	175.632	236.115
Circulante	148.833	71.298	153.895	209.866
Não circulante	21.737	15.967	21.737	26.249

- (i) Contas a receber, na Controladora, refere-se ao saldo remanescente da venda ocorrida em março de 2008, de uma área equivalente a 32,84% de um Centro de Distribuição ("CD") localizado no estado do Rio de Janeiro (RJ). No Consolidado inclui a venda de outros ativos da Companhia.
- (ii) Verba cooperada a receber de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade. Em 30 de junho de 2013, a Companhia alterou a negociação com os fornecedores de mercadorias e serviços para que a liquidação destes valores ocorra através de redução do saldo a pagar. Dessa forma, a verba cooperada com fornecedores no montante de R\$ 58.508 foi classificada em 31 de dezembro de 2013 na conta de fornecedores. A reclassificação não altera os saldos de 31 de dezembro de 2012.
- (iii) A Companhia efetuou em 2007 a compra de créditos de PIS/COFINS para serem compensados com passivos tributários. Como os referidos créditos não foram homologados pelas autoridades fiscais, a Companhia tem o direito de ser ressarcida integralmente pela empresa vendedora do montante pago conforme previsto contratualmente.
- (iv) Valores a receber pela Companhia da empresa seguradora sobre ressarcimento de fretes decorrentes de cargas sinistradas de suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Partes relacionadas

Vendas, compras de mercadorias e outras operações

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
<u>Cliente</u>		_			
Nova Casa Bahia S.A.	-	11		-	
		11			
Fornecedor					
Indústria de Móveis Bartira Ltda	(9.400)	-	-	(62.487)	
Nova Casa Bahia S.A.	-	(24.690)		-	
	(9.400)	(24.690)		(62.487)	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
<u>Vendas</u>					
Nova Casas Bahia S.A.	-	29.849		-	
		29.849			
Compras					
Nova Casa Bahia S.A.	-	(1.549.752)	-	-	
Indústria de Móveis Bartira Ltda	(682.390)	-	(438.284)	(449.392)	
	(682.390)	(1.549.752)	(438.284)	(449.392)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
<u>Ativo</u>					
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	14.928	3.411	14.928	3.411	
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	7.971	5.691	-	-	
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	3.764	3.724	-	-	
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (e)	354.446	338.343	356.193	353.958	
Novasoc Comercial Ltda. (b)	26.453	39.423	26.453	39.423	
Nova Pontocom Comercio de Eletronico S.A.	716	1.069	5.326	600	
Casa Bahia Comercial Ltda.(e)	134.112	1.568	134.112	103.236	
Nova Casa Bahia S.A.	-	9.320	-	_	
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	130	-	-	48	
Casa Bahia Contact Center Ltda. (d)	640	_	-	-	
Outros	2.930	2.563	-	_	
Total do ativo	546.090	405.112	537.012	500.676	
Circulante	231.205	192.553	230.774	186.401	
Não Circulante	314.885	212.559	306.238	314.275	
<u>Passivo</u>					
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	2.676	553	2.670	<b>6</b> 553	
Banco Investored Unibanco S.A.	14.245	-	14.24	5 -	
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	45.480	42.283			
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	15.877	14.622			
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (e)	13.434	7.103	13.434	46.737	
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (g)	157	-	157	7 -	
Casa Bahia Comercial Ltda. (e)	23.609	231	23.609	9 -	
Nova Casa Bahia S.A. (d)	-	24.690			
Casa Bahia Contact Center Ltda. (d)	3.107	-			
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	9.400			- 62.487	
Total do passivo	127.985	89.482	54.12	1 109.777	
Circulante	66.919	33.130	54.12°	<b>1</b> 109.777	
Não circulante	61.066	56.352			

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

	Controladora		Consoli	idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Demonstração do resultado				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	(4.176)	(676)	(4.176)	(676)
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	(7.002)	(6.883)	-	-
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	(1.216)	(1.129)	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	12.703	17.667	12.703	17.667
Novasoc Comercial Ltda. (b)	3.084	4.505	3.084	4.505
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (e)	12.500	11.540	12.500	11.540
Nova Casa Bahia S.A. (d)	-	88.108	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (e)	(223.917)	-	(223.917)	(152.033)
Casa Bahia Contact Center (d)	(50.316)	-	14.033	21.801
Habile Segurança e Vigilância Ltda. (f)	(7.324)	-	(7.324)	(26.764)
Viaw Consultoria Ltda. (g)	(502)	-	(502)	-
Outras	443	679		(115)
	(265.723)	113.811	(193.599)	(124.075)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas. Vide nota explicativa nº 1(c) para outras informações sobre recebíveis de partes relacionadas.

As operações com partes relacionadas acima apresentadas são resultado principalmente de operações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

# a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")

A FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de cartões de crédito a receber de FIC era de R\$13.650 (R\$16.285 em 31 de dezembro de 2012). Estes saldos estão registrados na Nota 8, na conta Administradores de Cartão de Crédito.

A FIC realiza também operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vendeu R\$ 623.908 em recebíveis de cartão de crédito para a FIC, resultando em uma despesa financeira de R\$21.282 (R\$782.474 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, resultando em uma despesa financeira de R\$ 26.913).

A Companhia também atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receitas (Despesas)" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na linha de receita de servicos nas demonstrações de resultado da Companhia.

### b) Contratos de mútuos com as controladas e controladora

A Via Varejo possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda. atualizados pela taxa média de 102,5% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012), Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda. atualizados pela taxa média de 103,9% do CDI (104,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012), e Pontocred Negócios de Varejo Ltda., atualizados pela taxa média de 105,0% do CDI (105,9% do CDI em 31 de dezembro de 2012), e, com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição e sua controlada Novasoc Comercial Ltda., atualizados pela taxa média de 109,3% do CDI (109,3% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

### c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA")

A controladora GPA, desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, efetua contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte às operações da Companhia e aluguel, após aquisição de seu controle, sendo assim, foi considerado em seu saldo de partes relacionadas, uma obrigação com a controladora.

# d) <u>Operações de aluguéis, prestação de serviço e compras e vendas de mercadorias com empresas controladas e coligadas</u>

A Companhia realizou operações de aluguel e prestação de serviços com suas controladas Pontocred Negócios de Varejo Ltda., Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. e Nova Pontocom, em condições acordadas entre as partes e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora e, quando aplicável, do consolidado.

A Companhia também efetuou operações de compras e vendas de mercadorias com a Indústria de Móveis Bartira Ltda ("Bartira"). A Companhia, como sucessora da controlada incorporada NCB, tem um compromisso de volume mínimo de compra com a controlada Bartira, o qual vem sendo cumprido, e que pode ser renegociado em caso de eventos mercadológicos ou macroeconômicos.

A CBCC presta serviços de teleatendimento para a Via Varejo e Nova Pontocom, sendo a despesa de Via Varejo eliminada na apresentação do Consolidado.

### e) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, GPA e Casa Bahia Comercial

A Companhia possui um contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, GPA e CB, que garante à Via Varejo o direito de indenização, por GPA e CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 312 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com acionistas da Companhia, administradores da CB e empresas do mesmo grupo.

### f) Serviços de segurança executiva e patrimonial

A Companhia, por meio de sua controlada NCB, e como sucessora desta, contratou serviços de segurança da empresa Habile Segurança e Vigilância Ltda., empresa controlada por acionistas da Companhia. A Habile deixou de atender a Companhia em outubro de 2013.

### g) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Partes relacionadas -- Continuação

Vendas, compras de mercadorias e outras operações -- Continuação

### h) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

Em relação à remuneração total - 31.12.2013

	Benefícios de curto prazo	Plano de Pensão	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração(*)	322	-	-	322
Conselho Fiscal	495	-	=	495
Diretoria	37.912	157	594	38.663
	38.729	157	594	39.480

Em relação à remuneração total - 31.12.2012

	Benefícios de curto prazo	Plano de Pensão	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	1.088	=	=	1.088
Conselho Fiscal	499	=	=	499
Diretoria	15.769	122	1.504	17.395
	17.356	122	1.504	18.982

<sup>(\*)</sup> Remuneração de acordo com o número de participação em reunião, até fevereiro de 2013, quando estes conselheiros deixaram de ser remunerados.

A Companhia mantém um plano de remuneração baseado em ações para a Administração, vide nota explicativa nº 24 (i).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Investimentos

	GAC	GAS	Nova.com	Lake	NCB	Bartira	CBCC	Outros	Total
Saldos em 31.12.2011	3.725	53.034	39.051	97.036	1.338.048			18.177	1.549.071
Variação cambial	-	-	=	-	-	-	-	1.537	1.537
Dividendos declarados	-	-	(28)	-	-	=	=.	-	(28)
Equivalência patrimonial	6.491	4.565	1.455	(458)	273.511			906	286.470
Stock Options	-	-	561	-	-	=	-	-	561
Transferência para passivo a descoberto		-		-		-	-	(806)	(806)
Saldos em 31.12.2012	10.216	57.599	41.039	96.578	1.611.559	-	-	19.814	1.836.805
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	2.576	2.576
Recebimento de dividendos	-	-	-	(4.050)	-	(13)	-	-	(4.063)
Stock Options	-	-	231	-	-	-	-	-	231
Reestruturação societária (nota 1(a))	-	-	-	-	(1.611.559)	25.624	11.417	-	(1.574.518)
Equivalência patrimonial	874	2.995	(14.006)	14.018	-	(10.010)	(2.499)	16.375	7.747
Valor justo (nota 32(a))	-	-	543.422	-	-	-	-	-	543.422
Alteração participação acionaria (nota 32)	-	-	(3.234)	-	-	80.365	-	-	77.131
Mais valia dos ativos líquidos (nota 32(b))	-	-	-	-	-	603.691	-	-	603.691
Transferência para passivo a descoberto			-	•	-	-	-	(=:0==/	(2.822)
Saldos em 31.12.2013	11.090	60.594	567.452	106.546	-	699.657	8.918	35.943	1.490.200

	Consolidado						
	BINV	FIC	Nova.com	Total			
Saldos em 31.12.2011	19.722	77.298	-	97.020			
Distribuição de dividendos	(1.551)	(2.532)	-	(4.083)			
Equivalência patrimonial	575	(1.029)	-	(454)			
Saldos em 31.12.2012	18.746	73.737	-	92.483			
Distribuição de dividendos	(200)	(4.478)	-	(4.678)			
Desconsolidação	-	-	22.953	22.953			
Valor justo	-	-	543.422	543.422			
Equivalência patrimonial	715	13.340	1.077	15.132			
Saldos em 31.12.2013	19.261	82.599	567.452	669.312			

A controladora Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$ 4.637 em 31 de dezembro de 2013 para a controlada PCRE (R\$7.460 em 31 de dezembro de 2012 para as controladas PFAB e PCRE).

A nomenclatura por extenso das empresas e participação da Companhia nas controladas está descrita na nota explicativa nº 3 (a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado

### a) Controladora

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Terrenos	11.604	-	-	-	-	11.604
Edifícios	37.563	-	(2.220)	(2.313)	(1.224)	31.806
Benfeitorias em imóveis de terceiros	51.226	44.613	(7.707)	11.219	21.865	121.216
Máquinas e equipamentos	11.483	528	(1.060)	(471)	1	10.481
Equipamentos de Informática	32.273	4.719	(12.012)	(2.674)	9.497	31.803
Instalações	6.650	4.086	(745)	(250)	(208)	9.533
Móveis e utensílios	21.396	18.163	(2.588)	(1.240)	1.678	37.409
Veículos	283	40	(84)	(142)	105	202
Imobilizado em andamento	28.019	6.891	-	(358)	(31.182)	3.370
Outros	6.773	1.211	(2.368)	(152)	(494)	4.970
	207.270	80.251	(28.784)	3.619	38	262.394
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	453	-	(85)	(365)	-	3
Total	207.723	80.251	(28.869)	3.254	38	262.397

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **15.** Imobilizado -- Continuação

## a) Controladora -- Continuação

	Saldo em 31.12.2012	Incorporação	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	11.604	-	-	-	-	(144)	11.460
Edifícios	31.806	-	110	(1.959)	230	(3.265)	26.922
Benfeitorias em imóveis de terceiros	121.216	209.954	126.418	(27.426)	(9.709)	29.294	449.747
Máquinas e equipamentos	10.481	15.569	15.113	(8.152)	(106)	40.042	72.947
Equipamentos de Informática	31.803	52.129	23.376	(43.235)	(22.018)	46.166	88.221
Instalações	9.533	81.290	13.040	(10.837)	10	(12.571)	80.465
Móveis e utensílios	37.409	93.033	30.447	(10.957)	(5.067)	(47.542)	97.323
Veículos	202	150.618	4.896	(7.043)	(26.698)	(14.093)	107.882
Imobilizado em andamento	3.370	13.635	77.365	-	(45)	(71.121)	23.204
Outros	4.970	-	6.975	(3.217)	(9)	1.847	10.566
	262.394	616.228	297.740	(112.826)	(63.412)	(31.387)	968.737
Arrendamento mercantil financeiro							
Equipamentos de informática	-	46.019	-	(16.780)	(997)	1.461	29.703
Veículos	3	10.171	-	49	(7.201)	(1.935)	1.087
	3	56.190	-	(16.731)	(8.198)	(474)	30.790
Total	262.397	672.418	297.740	(129.557)	(71.610)	(31.861)	999.527

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado -- Continuação

### a) Controladora -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da coluna de Transferência de Imobilizado foi impactado pelo montante de R\$32.249 relativo aos ativos das lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativa nº1 (d).

		Saldo em 31.12.20 <sup>-</sup>	13	Sald	Saldo em 31.12.2012			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
Terrenos	11.460	-	11.460	11.604	-	11.604		
Edifícios	76.752	(49.830)	26.922	87.998	(56.192)	31.806		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	617.194	(167.447)	449.747	224.203	(102.987)	121.216		
Máquinas e equipamentos	104.745	(31.798)	72.947	14.281	(3.800)	10.481		
Equipamentos de Informática	187.962	(99.741)	88.221	56.357	(24.554)	31.803		
Instalações	129.839	(49.374)	80.465	15.592	(6.059)	9.533		
Móveis e utensílios	120.014	(22.691)	97.323	44.116	(6.707)	37.409		
Veículos	144.424	(36.542)	107.882	281	(79)	202		
Imobilizado em andamento	23.204	-	23.204	3.370	=	3.370		
Outros	27.555	(16.989)	10.566	19.870	(14.900)	4.970		
	1.443.149	(474.412)	968.737	477.672	(215.278)	262.394		
Arrendamento mercantil financeiro								
Equipamentos de informática	137.257	(107.554)	29.703	-	-	-		
Veículos	1.624	(537)	1.087	684	(681)	3		
	138.881	(108.091)	30.790	684	(681)	3		
Total	1.582.030	(582.503)	999.527	478.356	(215.959)	262.397		

Em 31 de dezembro de 2013, a controladora contabilizou no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados o valor de R\$24.799 (R\$3.195 em 31 de dezembro de 2012) referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações dos centros de distribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Imobilizado – Continuação

## b) Consolidado

	Saldo em					Saldo em
<u>-</u>	31.12.2011	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2012
Terrenos	15.896	-	-	=	-	15.896
Edifícios	38.669	-	(2.276)	(2.313)	(1.224)	32.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	183.549	142.224	(32.933)	11.205	28.946	332.991
Máquinas e equipamentos	36.636	8.219	(4.601)	(1.126)	1.778	40.906
Equipamentos de Informática	106.364	33.247	(34.800)	(4.889)	15.431	115.353
Instalações	105.087	13.805	(19.340)	(2.279)	4.555	101.828
Móveis e utensílios	125.078	34.735	(23.605)	(6.705)	7.559	137.062
Veículos	173.518	3.263	(23.073)	(14.383)	12.970	152.295
Imobilizado em andamento	30.041	37.166	-	(358)	(49.752)	17.097
Outros	22.639	4.626	(3.608)	(153)	10	23.514
	837.477	277.285	(144.236)	(21.001)	20.273	969.798
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	60.373	3.176	(17.157)	983	1	47.376
Veículos	14.064	-	(95)	(3.793)	(1)	10.175
	74.437	3.176	(17.252)	(2.810)	-	57.551
Total _	911.914	280.461	(161.488)	(23.811)	20.273	1.027.349

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Imobilizado – Continuação

## b) <u>Consolidado</u> -- Continuação

b) <u>consolidado</u> continuação	Saldo em 31.12.2012	Adições	Depreciações	Baixas	Aquisição	Desconsolidação	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	15.896	-	-	-	-	-	(143)	15.753
Edifícios	32.856	110	(1.996)	230	-	-	(3.266)	27.934
Benfeitorias em imóveis de terceiros	332.991	126.600	(27.626)	(9.710)	113	(1.789)	29.528	450.107
Máquinas e equipamentos	40.906	18.950	(9.797)	(245)	117.402	(3.956)	42.910	206.170
Equipamentos de Informática	115.353	26.856	(48.822)	(22.869)	120	(34.674)	54.473	90.437
Instalações	101.828	13.874	(11.769)	8	3.105	(7.977)	(13.448)	85.621
Móveis e utensílios	137.062	30.483	(11.546)	(5.219)	739	(3.173)	(48.851)	99.495
Veículos	152.295	5.028	(7.189)	(26.886)	597	(919)	(14.093)	108.833
Imobilizado em andamento	17.097	86.365	-	(45)	-	(91)	(80.122)	23.204
Outros	23.514	9.068	(4.145)	(9)	-	(19.249)	1.387	10.566
- -	969.798	317.334	(122.890)	(64.745)	122.076	(71.828)	(31.625)	1.118.120
Arrendamento mercantil financeiro								
Equipamentos de Informática	47.376	-	(17.551)	(997)	-	-	1.465	30.293
Veículos	10.175	-	49	(7.201)	-	-	(1.936)	1.087
_	57.551	-	(17.502)	(8.198)	-	-	(471)	31.380
Total	1.027.349	317.334	(140.392)	(72.943)	122.076	(71.828)	(32.096)	1.149.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado - Continuação

### b) Consolidado -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da coluna de Transferência de Imobilizado foi impactado pelo montante de R\$32.484, relativo principalmente aos ativos das lojas que deverão ser alienadas, conforme nota 1(d).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados o valor de R\$26.057 (R\$35.755 em 31 de dezembro de 2012) referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações dos centros de distribuição.

_	Sa	ldo em 31.12.20	13	Saldo em 31.12.2012			
		Depreciação	·		Depreciação		
	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Terrenos	15.753	-	15.753	15.896	-	15.896	
Edifícios	82.090	(54.156)	27.934	93.337	(60.481)	32.856	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	617.881	(167.774)	450.107	489.575	(156.584)	332.991	
Máquinas e equipamentos	288.931	(82.761)	206.170	62.600	(21.694)	40.906	
Equipamentos de Informática	194.225	(103.788)	90.437	181.238	(65.885)	115.353	
Instalações	140.002	(54.381)	85.621	152.100	(50.272)	101.828	
Móveis e utensílios	126.194	(26.699)	99.495	188.970	(51.908)	137.062	
Veículos	148.291	(39.458)	108.833	198.726	(46.431)	152.295	
Imobilizado em andamento	23.204	-	23.204	17.097	-	17.097	
Outros	27.555	(16.989)	10.566	39.655	(16.141)	23.514	
-	1.664.126	(546.006)	1.118.120	1.439.194	(469.396)	969.798	
Arrendamento mercantil financeiro							
Equipamentos de Informática	146.761	(116.468)	30.293	89.348	(41.972)	47.376	
Veículos	1.624	(537)	1.087	12.679	(2.504)	10.175	
	148.385	(117.005)	31.380	102.027	(44.476)	57.551	
Total	1.812.511	(663.011)	1.149.500	1.541.221	(513.872)	1.027.349	

### c) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor justo em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 8,4% antes dos impostos sobre a renda.

### d) Revisão de vida útil de ativo imobilizado e intangível

Concomitante à incorporação de NCB pela Via Varejo, a vida útil dos ativos imobilizado e intangível da Companhia foi revisada por consultoria externa especializada, e aplicamos as novas taxas a partir de 1º de janeiro de 2013. O quadro abaixo apresenta as novas taxas que substituem as taxas utilizadas até 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imobilizado - Continuação

### d) Revisão de vida útil de ativo imobilizado e intangível -- Continuação

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual até 2012	Novas taxas médias aplicadas em 2013
Edifícios	3%	3%
Benfeitorias	8%	6%
Equipamentos de informática	24%	20%
Instalações	13%	9%
Móveis e utensílios	13%	9%
Veículos	29%	25%
Máquinas e equipamentos	10%	9%
Decoração	20%	20%

### e) Juros capitalizados

O valor dos juros capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.040 (R\$483 em 31 de dezembro de 2012). A taxa adotada para apuração dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 110% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2012), correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Intangíveis

## a) Controladora

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Ágio	7.581	-	-	-	(57)	7.524
Fundo de comércio	12.128	-	(4.054)	(579)	-	7.495
Marcas e patentes	-	17	-	-	-	17
Software e licenças	1.003	79	(28)	(791)	19	282
	20.712	96	(4.082)	(1.370)	(38)	15.318

	Saldo em 31.12.2012	Incorporação	Adições	Amortização	Baixas	Transferênci as	Saldo em 31.12.2013
Ágio	7.524	-	-	-	(7.524)	-	-
Fundo de comércio	7.495	13.553	-	(7.559)		(258)	13.231
Marcas e patentes	17	232	-	•	-	` <u>-</u>	249
Software e licenças	282	24.550	25.130	(9.818)	-	(130)	40.014
	15.318	38.335	25.130	(17.377)	(7.524)	(388)	53.494
Leasing financeiro				, ,		• •	
Software	-	-	81.266	(4.515)	-	-	76.751
	15.318	38.335	106.396	(21.892)	(7.524)	(388)	130.245

	Sa	aldo em 31.12.2013	Saldo em 31.12.2012 Amortização			
		Amortização				
	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Ágio	-	-	_	7.524	-	7.524
Fundo de comércio	71.647	(58.415)	13.232	54.437	(46.942)	7.495
Marcas e patentes	249	` -	249	17	` , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	17
Software e licenças	107.202	(67.189)	40.013	316	(34)	282
,	179.098	(125.604)	53.494	62.294	(46.976)	15.318
Leasing financeiro		•			, ,	
Software	81.266	(4.515)	76.751	-	-	-
	260.364	(130.119)	130.245	62.294	(46.976)	15.318

### b) <u>Consolidado</u>

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Ágio	7.581	-	-	-	(57)	7.524
Fundo de comércio	26.235	-	(8.050)	(579)	3.442	21.048
Marcas e patentes	208	41	-	-	-	249
Software e licenças	72.920	50.823	(28.837)	(791)	63	94.178
	106.944	50.864	(36.887)	(1.370)	3.448	122.999

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Intangíveis -- Continuação

## b) <u>Consolidado</u> – Continuação

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Amortização	Baixas	Aquisição	Desconsolidação	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Ágio	7.524	603.691	_	(7.524)	_	-	-	603.691
Fundo de comércio	21.048	-	(7.559)		-	-	(258)	13.231
Marcas e patentes	249	-	•	-	45.818	-	` -	46.067
Contrato vantajoso Bartira	-	-	-	-	35.937	-	-	35.937
Software e licenças	94.178	58. 857	(14.508)	-	471	(97.025)	(130)	41.843
	122.999	662.548	(22.067)	(7.524)	82.226	(97.025)	(388)	740.769
Leasing financeiro								
Software	-	81.265	(4.515)	-	-	-	-	76.750
	122.999	743.813	(26.582)	(7.524)	82.226	(97.025)	(388)	817.519

	Sa	aldo em 31.12.20	13	S	Saldo em 31.12.2012	2	
	Amortização			Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Ágio	603.691	_	603.691	7.524	_	7.524	
Fundo de comércio	71.647	(58.415)	13.232	76.316	(55.268)	21.048	
Marcas e Patentes	46.067	. ,	46.067	249	-	249	
Contrato vantajoso Bartira	35.937	-	35.937	-	-	-	
Software e licenças	109.847	(68.005)	41.842	159.400	(65.222)	94.178	
•	867.189	(126.420)	740.769	243.489	(120.490)	122.999	
Leasing financeiro		, ,			,		
Software	81.265	(4.515)	76.750	=	-	-	
	948.454	(130.935)	817.519	243.489	(120.490)	122.999	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis -- Continuação

### c) Ágio

A adição no montante de R\$603.691 de ágio em 2013 representa a aquisição de 75% da Bartira. Este ágio está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura da adquirida. Maiores informações vide nota explicativa nº 32(b).

### d) Fundo de comércio

Os Fundos de Comércio se referem a valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para fins de teste de não realização destes ativos, foram alocados as lojas que deram origem ao direito, e testados em conjunto com ativo fixo conforme descrito na nota explicativa nº15 (c).

### e) Marcas e patentes

Em consequência de combinação de negócios de Bartira (nota 32(b)), foi reconhecido um valor para esta marca no montante de R\$ 45.818, baseado na metodologia "royalties relief", que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

#### f) Contrato vantajoso - Bartira

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional tendo CB como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

### g) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

#### h) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrentes de aquisições passadas cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 1° de janeiro de 2008 com o objetivo de avaliar se ocorreram alterações no valor dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável (*Impairment*) para todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC").

O valor recuperável das UGC foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (10,8% em 31 de dezembro de 2012), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,5% (6,7% em 31 de dezembro de 2012). Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Intangíveis -- Continuação

### ) Taxa de amortização

Os *softwares* adquiridos de terceiros são amortizados em cinco anos, ou então seguem o prazo dos contratos de licença, que variam entre 2 e 7,5 anos. A taxa média atual de amortização de *software* é de 21,5% ao ano.

O contrato vantajoso de aluguel é amortizado conforme a vida útil remanescente do contrato, que é 7 anos.

O fundo de comércio é amortizado conforme o contrato de aluguel da loja. A taxa média atual é de 20,0% ao ano.

Os demais intangíveis não são amortizados pois sua vida útil é considerada indefinida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos

### a) Composição da dívida

a) <u>Composição da divida</u>	Contro	oladora	Conso	lidado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Debêntures (i)				-
Debêntures	217.016	13.624	217.016	119.085
Custo de Captação	(598)	(252)	(598)	(598)
	216.418	13.372	216.418	118.487
Moeda Local				
BNDES (e), (f)	10.081	1.375	20.241	22.373
IBM (f)	23.818	5.100	23.818	5.100
Custo de Captação	(385)	-	(385)	-
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	2.726.425	-	2.726.425	2.499.298
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 22b)	27.908	=_	27.908	14.419
	2.787.847	6.475	2.798.007	2.541.190
Moeda Estrangeira – dólar americano				
Capital de giro (d)	54.993	130.268	54.993	130.670
Contratos de swap (d), (g)	(13.611)	839	(13.611)	1.487
	41.382	131.107	41.382	132.157
Circulante	3.045.647	150.954	3.055.807	2.791.834
		_		
Debêntures (i)				
Debêntures	600.000	400.000	600.000	800.000
Custo de Captação	(161)	(398)	(161)	(759)
	599.839	399.602	599.839	799.241
Moeda Local				
BNDES (e), (f)	-	-	6.773	14.051
IBM (f)	95.823	-	95.823	-
Custo de Captação	(1.635)	-	(1.635)	=
Crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	140.603	-	140.603	130.338
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 22b)	65.329		65.329	15.699
	300.120		306.893	160.088
Moeda Estrangeira – dólar americano				
Capital de giro (d)	-	=	-	47.719
Contratos de swap (d), (g)		<u> </u>		(7.793)
	-	<u>-</u>	-	39.926
Não circulante	899.959	399.602	906.732	999.255
Total	3.945.606	550.556	3.962.539	3.791.089

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos - Continuação

# b) <u>Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não</u> circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2015	772.785	779.559
2016	32.182	32.182
2017	32.182	32.182
2018	32.182	32.182
2019	21.535	21.535
2020	10.889	10.888
Subtotal	901.755	908.528
Custo de captação	(1.796)	(1.796)
Total	899.959	906.732

### c) <u>Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI</u>

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. Os encargos financeiros médios cobrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de 110,8% do CDI (111,4% em 31 de dezembro de 2012). Nesses contratos, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados por instituições financeiras, tendo como garantia os direitos creditórios da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

d) <u>Financiamento de capital de giro, swap e crédito direto ao consumidor por interveniência ("CDCI")</u>

	Conf	troladora		Cons	solidado	
	Taxa(*)	31.12.2013	31.12.2012	Taxa*	31.12.2013	31.12.2012
Dívida						
Capital de giro e CDCI						
Bradesco	110,7% do CDI	605.975	-	110,7% do CDI	605.975	915.676
Safra	CDI + 0,85 a.a.	1.188.488	-	CDI + 0,85 a.a.	1.188.488	887.730
Banco do Brasil	110,5% do CDI	1.072.565	-	110,5% do CDI	1.072.565	826.230
		2.867.028	_		2.867.028	2.629.636
Moeda estrangeira – dólar am	<u>ericano</u>					
Citibank	Libor + 1,45% a.a.	54.993	=	Libor + 1,45% a.a.	54.993	48.121
Santander	3,825% a.a.	-	130.268	3,825% a.a.	-	130.268
		54.993	130.268		54.993	178.389
Contratos de swap						
Citibank	105% a.a. do CDI	(13.611)	=	105,00% a.a. do CDI	(13.611)	(7.145)
Santander	110,7% a.a. do CDI	-	839	_ 110,7% a.a. do CDI	-	839
		(13.611)	839		(13.611)	(6.306)
Total geral		2.908.410	131.107		2.908.410	2.801.719

<sup>(\*)</sup> Taxa praticada pelos bancos em 31 de dezembro de 2013.

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

### e) BNDES

	Período de carência	Controlatora		ladora	Consc	olidado	
Encargos financeiros anuais	em meses	Emissão	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
4,5% a.a.	3	Set/09	Nov/14	-	-	-	26
TJLP + 2,3% a.a.	3	Jun/08	Jun/13	-	1.375	-	1.375
TJLP + 1,9% a.a	6	Mai/11	Jun/14	5.643	-	5.643	16.930
TJLP + 3,50% a.a + 1% a.a .	6	Mai/11	Jun/14	2.018	-	2.018	6.052
TJLP + 1,90% a.a. + 1% a.a.	6	Mai/11	Jun/14	2.420	-	2.420	7.258
TJLP + 2,5%a.a	12	Set/12	Ago/15		-	16.933	4.783
				10.081	1.375	27.014	36.424
Circulante				10.081	1.375	20.241	22.373
Não circulante				_	_	6.773	14.051

Os contratos de linha de créditos em moeda local, com o BNDES, são sujeitos à indexação baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de *spread* e taxa de juros, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como demonstrado no quadro acima.

Nas captações realizadas pela Companhia constitui hipótese de vencimento antecipado a alteração do controle acionário. Referidas instituições financeiras já se manifestaram formalmente quanto ao não exercício da faculdade que lhes é assegurada na hipótese de mudança de controle da Companhia e de suas subsidiárias e negócio em conjunto.

Os contratos com o BNDES não possuem covenants.

### f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para garantia aos financiamentos junto ao BNDES. A CBD é avalista para o empréstimo obtido junto ao Banco IBM.

#### g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte e moeda dos empréstimos correspondentes. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa nº 18. A taxa de referência do CDI em 31 de dezembro de 2013 era de 8,06% (8,40% em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

## i) <u>Debêntures</u>

i) <u>Debêntures</u>				D:	ata			Control	ladora
	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	31.12.2013	31.12.2012
3ª emissão 1ª série – Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	30/01/2012	30/07/2015	CDI + 1,0%	10	416.856	413.624
1ª emissão 1ª série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/2012	29/12/2014	CDI + 0,72%	10	200.080	
1ª emissão 2ª série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/2012	29/01/2015	CDI + 0,72%	10	200.080	-
Custo de captação								(759)	(650)
								816.257	412.974
Passivo circulante								216.418	13.372
Passivo não circulante								599.839	399.602
				Da	ata			Consol	idado
	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Da Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	31.12.2013	31.12.2012
3ª emissão 1ª série – Via Varejo	<b>Tipo</b> Sem preferência		em						
3ª emissão 1ª série – Via Varejo 1ª emissão 1ª série – Nova PontoCom	•	emissão	em circulação	Emissão	Vencimento	financeiros anuais	unitário	31.12.2013	31.12.2012
•	Sem preferência	emissão 400.000	em circulação 40.000	<b>Emissão</b> 30/01/2012	<b>Vencimento</b> 30/07/2015	financeiros anuais  CDI + 1,0%	unitário 10	31.12.2013 416.856	<b>31.12.2012</b> 413.624
1ª emissão 1ª série – Nova PontoCom	Sem preferência	emissão 400.000 100.000	em circulação 40.000 100.000	Emissão 30/01/2012 25/04/2012	Vencimento 30/07/2015 25/04/2013	CDI + 1,0% 105,35% do CDI	unitário 10 1	31.12.2013 416.856	<b>31.12.2012</b> 413.624 105.461
1ª emissão 1ª série – Nova PontoCom 1ª emissão 1ª série - NCB	Sem preferência Sem preferência Sem preferência	emissão 400.000 100.000 200.000	em circulação 40.000 100.000 20.000	Emissão 30/01/2012 25/04/2012 29/06/2012	Vencimento 30/07/2015 25/04/2013 29/12/2014	CDI + 1,0% 105,35% do CDI CDI + 0,72%	unitário 10 1 10	31.12.2013 416.856 - 200.080	<b>31.12.2012</b> 413.624 105.461 200.000
1ª emissão 1ª série – Nova PontoCom 1ª emissão 1ª série - NCB 1ª emissão 2ª série - NCB	Sem preferência Sem preferência Sem preferência	emissão 400.000 100.000 200.000	em circulação 40.000 100.000 20.000	Emissão 30/01/2012 25/04/2012 29/06/2012	Vencimento 30/07/2015 25/04/2013 29/12/2014	CDI + 1,0% 105,35% do CDI CDI + 0,72%	unitário 10 1 10	31.12.2013 416.856 - 200.080 200.080	31.12.2012 413.624 105.461 200.000 200.000
1ª emissão 1ª série – Nova PontoCom 1ª emissão 1ª série - NCB 1ª emissão 2ª série - NCB	Sem preferência Sem preferência Sem preferência	emissão 400.000 100.000 200.000	em circulação 40.000 100.000 20.000	Emissão 30/01/2012 25/04/2012 29/06/2012	Vencimento 30/07/2015 25/04/2013 29/12/2014	CDI + 1,0% 105,35% do CDI CDI + 0,72%	unitário 10 1 10	31.12.2013 416.856 - 200.080 200.080 (759)	31.12.2012 413.624 105.461 200.000 200.000 (1.357)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

i) <u>Debêntures</u> -- Continuação

Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de	
	debêntures	Valor
Em 31.12.2012	180.000	917.728
Juros Provisionados	-	72.707
Amortizações	(100.000)	(100.000)
Pagamento de Juros	-	(74.776)
Custo de captação 3ª emissão		598
Em 31.12.2013	80.000	816.257

A Controladora (Via Varejo e antiga NCB) utiliza a emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e possuem aval da CBD.

Em 26 de dezembro de 2012 a assembleia geral de debenturistas de NCB aprovou a manutenção da 1ª emissão de NCB após a incorporação desta pela Via Varejo. Para fins desta nota explicativa manteremos a nomenclatura da emissão para caracterizar estas debêntures.

A amortização das debêntures ocorrerá na data de vencimento com a seguinte periodicidade: i) 3ª emissão Via Varejo: pagamentos semestrais, com base na data de emissão, sempre nos dias 30 de janeiro e 30 de julho de cada ano; e ii) 1ª emissão NCB: pagamentos semestrais com base na data de emissão, sempre nos dias 29 de dezembro e 29 de junho de cada ano, com exceção da última parcela da 2ª série com vencimento no dia 29 de janeiro de 2015.

As debêntures emitidas pela Nova Pontocom em 30 de abril de 2012 foram totalmente liquidadas em 30 de abril de 2013, num montante de R\$100.000.000,00. A Companhia possui o direito de resgatar antecipadamente a 3ª emissão da Via Varejo a partir do 18º mês, enquanto que as emissões da NCB não dão o mesmo direito.

A Via Varejo tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas das companhias, sendo: i) a dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e para 1ª emissão da NCB considerar o contas a receber com deságio de 1,5%) não excedente ao patrimônio líquido e; ii) índice da dívida líquida consolidada dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia atendido todos estes índices.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados, limitado a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição a riscos decorrentes da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPC's 38, 39 e 40 (IAS 32, 39 e IFRS 7).

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

_	Controladora				
	Contá	ábil	Valor	Justo	
_	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	3.477.516	404.188	3.477.516	404.188	
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber	2.250.498	70.090	2.297.681	70.090	
Outras contas a receber	124.066	81.205	124.066	81.205	
Partes relacionadas	546.090	405.112	546.090	405.112	
Passivos financeiros:					
Custo amortizado					
Partes relacionadas	(127.985)	(89.482)	(127.985)	(89.482)	
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.476.811)	(554.166)	(3.476.811)	(554.166)	
Debêntures	(816.257)	(412.974)	(813.924)	(409.301)	
Empréstimos e financiamentos	(3.087.967)	(6.475)	(3.132.011)	(6.475)	
Passivos financeiros derivativos ao					
valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos	(41.382)	(131.107)	(41.382)	(131.107)	
Exposição líquida	(1.152.232)	(233.609)	(1.146.760)	(229.936)	

	Consolidado						
_	Contáb	il	Valor Justo				
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012			
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa	3.508.878	2.581.134	3.508.878	2.581.134			
Empréstimos e recebíveis							
Aplicação financeira	24.453	-	24.453	-			
Contas a receber	2.251.041	2.331.187	2.298.224	2.334.920			
Outras contas a receber	125.158	206.548	125.158	206.548			
Partes relacionadas ativo	537.012	500.676	537.012	500.676			
Passivos financeiros:							
Custo amortizado							
Partes relacionadas passivo	(54.121)	(109.777)	(54.121)	(109.777)			
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.559.706)	(3.132.545)	(3.559.706)	(3.132.545)			
Debêntures	(816.257)	(917.728)	(813.924)	(914.055)			
Empréstimos e financiamentos	(3.104.900)	(2.701.278)	(3.148.273)	(2.764.660)			
Passivos financeiros derivativos ao	, ,	,		,			
valor justo por meio do resultado							
Empréstimos e financiamentos	(41.382)	(172.083)	(41.382)	(172.083)			
Exposição líquida	(1.129.824)	(1.413.866)	(1.123.681)	(1.469.842)			

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa nº18(c) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrita na nota explicativa nº18(c).

O cálculo do valor justo do contas a receber é obtido pelo resultado médio da carteira de clientes com base no valor histórico, descontado ao CDI médio do exercício.

a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas</u>

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir:

- (i) Gestão do risco de crédito
  - <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados. Vide nota explicativa nº 7.
  - <u>Contas a receber</u>: o risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito, e efetua operações de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
  - Vendas financiadas CDCI são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos CDCI aos seus clientes, por meio de interveniência com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a Companhia tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
  - <u>Instrumentos derivativos:</u> a Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

 a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas</u> controladas -- Continuação

### (ii) Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e financiamento aos clientes, tanto com a taxa de juros pré-fixados como pós-fixados. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* Cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

A exposição ao risco de taxa de juros são mensurados por análises de sensibilidade. Não houve mudança na exposição da Companhia ao risco de taxa de juros ou na maneira pela qual a Companhia administra este risco.

#### (iii) Gestão de risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

A exposição ao risco de taxa de câmbio são mensurados por análises de sensibilidade. Não houve mudança na exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio ou na maneira pela qual a Companhia administra este risco.

### (iv) Gestão do risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital, exceto para atendimento de obrigações sobre a emissão de debêntures, conforme nota explicativa n°17 (i).

A seguir apresentamos o índice de endividamento líquido e o índice para atendimento das obrigações relacionadas a debêntures:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas</u> -- Continuação

### (iv) Gestão do risco de capital -- Continuação

		Contro	ladora	Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Empréstimos e financiamentos	_	3.945.606	550.556	3.962.539	3.791.089	
(-) Caixa e equivalente de caixa	_	(3.477.516)	(404.188)	(3.508.878)	(2.581.134)	
Dívida líquida	(a)	468.090	146.368	453.661	1.209.955	
Patrimônio líquido	(b)	3.950.803	2.954.714	3.950.803	2.995.588	
Índice de endividamento líquido	(a/b)	0,1185	0,0495	0,1148	0,4039	

### (v) Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.935.585	253.462	11.248	3.200.295	2.946.127	260.913	11.248	3.218.288
Debêntures	285.604	648.959	-	934.563	285.604	648.959	-	934.563
Instrumentos financeiros derivativos Arrendamento mercantil	(12.545)	-	-	(12.545)	(12.545)	-	-	(12.545)
financeiro	40.367	61.894	24.499	126.760	40.367	61.894	24.499	126.760
Saldo em 31.12.2013	3.249.011	964.315	35.747	4.249.073	3.259.553	971.766	35.747	4.267.066

	Controladora			Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	143.335	-	143.335	2.665.349	193.573	-	2.858.922
Debêntures Instrumentos financeiros	31.915	467.974	499.889	170.604	901.934	-	1.072.538
derivativos	2.463	-	2.463	4.874	(6.311)	-	(1.437)
Arrendamento mercantil financeiro		-		18.025	20.000	-	38.025
Saldo em 31.12.2012	177.713	467.974	645.687	2.858.852	1.109.196		3.968.048

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros - Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas - Continuação

### (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedges* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros variáveis internacionais, convertendo a dívida para moeda local e taxa de juros variáveis (CDI). Esses contratos montam, em 31 de dezembro de 2013, ao valor de referência de R\$40.000 (R\$140.000 em 31 de dezembro de 2012). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* aplicada quando da sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (*"hedge accounting"*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo, que estão apresentadas na tabela abaixo.

		Consolidado						
		31.12.2	31.12.20	31.12.2012				
	Taxas	Valor referência	Valor Justo	Valor referência	Valor Justo			
<u>Hedge de valor justo</u>								
Objeto de hedge (dívida)		(40.000)	(54.993)	(140.000)	(178.675)			
Posição Ativa								
Santander	USD + Pré 4,5% a.a.	-	-	100.000	132.656			
Citibank	(USD Libor + 1,45%)*1,17647	40.000	54.813	40.000	48.407			
		40.000	54.813	140.000	181.063			
Posição passiva								
Santander	110,7% do CDI	-	-	(100.000)	(133.495)			
Citibank	105% do CDI	(40.000)	(41.202)	(40.000)	(41.262)			
		(40.000)	(41.202)	(140.000)	(174.757)			
Posição swap líquida		-	13.611	-	6.306			

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$13.611 (R\$6.306 em 31 de dezembro de 2012) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros -- Continuação

- a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas</u> controladas -- Continuação
  - (vi) Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os efeitos do *hedge* de valor justo por meio de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram de perda no valor de R\$304 (perda de R\$15.377 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção de fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI descontando-os ao valor presente, usando taxas do CDI para *swaps*, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

### b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado (taxa de juros e taxa de câmbio) considerado relevante pela administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (cenário I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio definida foi de R\$ 2,342 no vencimento, e a taxa de juros foi de 9,76% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide tabela (i) abaixo.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos derivativos e os instrumentos financeiros correspondentes na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 18. Instrumentos financeiros -- Continuação

- b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -- Continuação
  - (i) Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)

		Projeção de Mercado		
Operações	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD Swap (ponta ativa em USD)	Aumento do USD Aumento do USD	57.923 (57.923)	72.404 (72.404)	86.885 (86.885)
Swap (posição passiva em CDI)	Efeito líquido  Aumento do CDI	(47.138)	(47.526)	(47.910)
Impacto líquido comparado	Admento do CDI	(47.130)	(47.520)	(47.910)
com o cenário l		=	(388)	(772)

#### (ii) Outros instrumentos financeiros

#### Projeção de Mercado

Operações Risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Bancários	Aumento do CDI	(3.136.479)	(3.145.976)	(3.155.357)
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(18.020)	(18.379)	(18.736)
Debêntures	Aumento do CDI	(933.229)	(963.169)	(993.383)
Aplicação financeiras	Aumento do CDI	3.874.442	3.965.882	4.057.339
Exposição líquida total		(213.286)	(161.642)	(110.137)
Impacto líquido comparado com o cenário l		<u>-</u>	51.644	103.149

#### c) Mensurações de valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, conforme o CPC 46 ("IFRS13"), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

O CPC 39 ("IAS 32") define valor justo como um montante que um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras, em uma transação em que não há favorecidos. O CPC 40 ("IFRS 7") estabelece uma hierarquia do valor justo de três níveis:

- Nível 1 Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ii. Nível 2 *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preço) ou indiretamente (derivativos dos preços); e
- iii. Nível 3 *input*s para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*input*s não observáveis).

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de partes relacionadas e de contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 18. Instrumentos financeiros -- Continuação

c) Mensurações de valor justo -- Continuação

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos a seguir:

	31.12.2013	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Outros insumos significativos observáveis (Nível 2)	(Nível 3)
Swaps de taxa de juros entre moedas	13.611	-	13.611	-
Empréstimos em mercado externo	(54.993)	-	(54.993)	-
Aplicações financeiras	24.453	24.453	-	-
Investimento em Nova.com	567.452	-	-	567.452
Contingências PPA Bartira	(117.644)	-	-	(117.644)
_	432.879	24.453	(41.382)	449.808

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período.

- As aplicação financeiras são classificadas no Nível 1, pois são caixa em dólar e sua cotação está disponível no mercado
- O swaps de taxa de juros e moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e debêntures são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura (conforme descrito no item a) (vi)); e
- Nova.com: o valor justo do investimento em Nova.com foi baseado no valor recebido pela Companhia pela venda de participação de parte das ações, e corroborado com avaliação de rentabilidade futura.
- Contingências de Bartira na data da combinação de negócio foram calculadas com base em sua obrigação nominal versus a probabilidade de 50% de saída de recursos para os processos tributários e 25% para os processos trabalhistas.
- d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em abertos					Valor a (pagar) ou a receber		Valor Justo	
Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Swap cambiais registrados na CETIP	Santander	USD 57.471	16/04/2010	10/04/2013	-	(1.350)	-	(839)
	Citibank	USD 23.202	13/02/2012	13/02/2014	13.362	6.765	13.611	7.145
				Total	13.362	5.415	13.611	6.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

## a) Impostos e contribuições a recolher

_	Controla	adora	Cons	olidado
- -	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PIS e COFINS a pagar	290.744	17.443	290.738	181.014
Provisão para imposto de renda e contribuição social	27.858	4.535	26.355	93.759
ICMS a pagar	157.753	53.198	159.272	177.356
Outros	51.225	3.436	52.013	8.913
_	527.580	78.612	528.378	461.042

### b) <u>Impostos parcelados</u>

	Control	Controladora		idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tributos federais	30.294	31.246	30.294	31.241
Previdenciários	13.323	13.740	13.323	13.740
	43.617	44.986	43.617	44.981
Circulante	3.707	3.480	3.707	3.467
Não circulante	39.910	41.506	39.910	41.514

O parcelamento da lei 11.941/2009 (Refis IV) é constituído por débitos previdenciários e dos seguintes impostos: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Impostos de renda e contribuição social

### a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Conso	lidado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes do imposto de renda e				
da contribuição social	1.677.031	358.714	1.686.650	531.797
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(570.191)	(121.963)	(573.461)	(180.811)
Ganho com investimentos - Bartira	53.497	-	53.497	-
Equivalência patrimonial	(2.634)	97.400	2.138	(154)
Baixa de ativos não dedutíveis	(2.534)	(10.439)	(2.303)	(25.913)
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	4.373	(3.003)	8.105	(5.665)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(517.489)	(38.005)	(512.024)	(212.543)
Corrente	(186.258)	-	(188.001)	(97.797)
Diferido	(331.231)	(38.005)	(324.023)	(114.746)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(517.489)	(38.005)	(512.024)	(212.543)
Taxa efetiva	-30,86%	-10,59%	-30,36%	-39,97%

## b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consol	idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Prejuízos fiscais e base negativa	256.718	341.819	284.667	341.935
Provisão para demandas judiciais	72.674	36.024	73.834	86.091
Provisão para <i>swaps</i> de taxa de juros	3.956	446	3.956	(2.430)
Provisões para devedores duvidosos	79.497	6.557	79.608	73.852
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	111.806	163.410	98.164	163.410
Mais valia Nova.com	(184.763)	-	(184.763)	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos qualificáveis	2.027	-	2.027	648
Depreciação/amortização de imobilizado e intangível	(58.742)	-	(64.877)	(35.130)
Arrendamento mercantil financeiro	(6.853)	-	(7.067)	(5.324)
Provisão para despesas correntes	44.377	23.811	44.953	49.557
Outros	19.768	6.744	16.218	22.126
	340.465	578.811	346.720	694.735
Ativo fiscal diferido	340.465	578.811	349.891	698.119
Passivo fiscal diferido	-	-	(3.171)	(3.384)

<u>Nota</u>: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram classificados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Impostos de Renda e Contribuição Social -- Continuação

#### c) Realização esperada do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporária dedutíveis conforme indicado a seguir:

Exercício social	Controladora	Consolidado
2014	362.530	356.641
2015	154.677	152.588
2016	14.064	12.767
2017	(5.051)	(6.362)
2018	(5.051)	(6.165)
Mais de 5 anos	(180.704)	(162.749)
	340.465	346.720

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A linha "Mais de 5 anos" é composta, principalmente, de imposto de renda diferido sobre o valor justo de Nova.com, cujo prazo de realização é indefinido.

#### 21. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

#### a) Controladora

	PIS/COFINS	Outras Tributárias	Previdenciárias e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.372	24.209	29.485	57.068	145.134
Adições	-	9.333	6.756	49.382	65.471
Pagamentos	-	(901)	(1.162)	(8.608)	(10.671)
Reversões	-	(347)	(9.037)	(65.136)	(74.520)
Atualização monetária	1.678	1.976	4.597	7.654	15.905
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.050	34.270	30.639	40.360	141.319
Incorporação	-	-	12.426	10.737	23.163
Adições	24.685	-	80.858	69.086	174.629
Pagamentos	(14.245)	-	(9.676)	(10.933)	(34.854)
Reversões	(10.793)	(9.327)	(20.336)	(39.608)	(80.064)
Atualização monetária	1.980	1.556	9.949	13.747	27.232
Saldos em 31 de dezembro de 2013	37.677	26.499	103.860	83.389	251.425

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

#### b) Consolidado

b) <u>consolidado</u>		Outras	Previdenciárias		
	PIS/COFINS	Tributárias	e Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.372	24.273	30.919	70.511	160.075
Adições	-	9.333	23.872	77.059	110.264
Pagamentos	-	(901)	(2.306)	(12.696)	(15.903)
Reversões	-	(411)	(16.559)	(95.098)	(112.068)
Atualização monetária	1.678	1.976	7.357	11.321	22.332
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.050	34.270	43.283	51.097	164.700
Adições	24.685	-	83.784	69.196	177.665
Pagamentos	(14.245)	-	(10.023)	(10.933)	(35.201)
Reversões	(10.793)	(9.327)	(20.999)	(39.699)	(80.818)
Atualização monetária	1.981	1.556	10.079	13.759	27.375
Combinação de negócios	7.116	98.815	12.821	41	118.793
Saldos em 31 de dezembro de 2013	44.794	125.314	118.945	83.461	372.514

#### c) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

#### PIS e COFINS

Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R\$37.677 em 31 de dezembro de 2013 (R\$36.050 em 31 de dezembro de 2012), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar naquele exercício. *Crédito de PIS Investcred* 

Compensação de créditos de PIS vinculado à ação judicial, que foi indeferida pela Receita Federal. Considerando a situação processual desfavorável, o consultor jurídico externo recomendou a constituição de provisão em junho de 2013 no montante de R\$24.685. Em dezembro de 2013 o débito foi incluído na anistia da Lei nº 12.865/2013 (reabertura da Lei nº 11.941/2009).

#### Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1,0%, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R\$25.110 em 31 de dezembro de 2013 (R\$21.899 em 31 de dezembro de 2012), cujos valores estão depositados integralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 21. Provisão para demandas judiciais - Continuação

### c) Tributárias -- Continuação

#### Contingências PPA Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira (nota 32 (b)), as contingências foram avaliadas pelo valor justo, conforme expresso pelo CPC 15 (IFRS 3R), cuja avaliação difere do CPC 25 (IAS 37), norma utilizada para a avaliação das demais contingências.

A principal matéria refere-se a possível insuficiência de documentação comprobatória de operações, que monta R\$ 95.310 entre IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS. Sendo o total de contingências no valor de R\$ 117.644. Vide nota explicativa nº 18(c).

### d) Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha uma provisão de R\$118.946 (R\$43.283 em 31 de dezembro de 2012) avaliadas como risco provável. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ('TR'BACEN) 1,0% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (1,0% acumulado no exercício de 31 de dezembro de 2012) mais juros mensais de 1,0%.

#### e) Cíveis e Outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde a diversas ações em que se pede a renovação de contratos de locação ou a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo Juiz de Direito um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em outras ações, a Companhia constitui provisão da diferença entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele pleiteado pela parte contrária da ação, baseado em laudo do assistente técnico da parte contrária. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da provisão para essas ações é de R\$14.767, para as quais não há depósitos judiciais (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2012).
- A Companhia é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e em algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$68.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012).

### f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas totalizando um montante de R\$1.074.668 em 31 de dezembro de 2013 (R\$961.773 em 31 de dezembro de 2012), e são relacionados principalmente a:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 21. Provisão para demandas judiciais - Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados -- Continuação

#### Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais; referentes à divergência de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$250.707 em 31 de dezembro de 2013 (R\$338.425 em 31 de dezembro de 2012);
- ICMS, ISS, e taxas autuações fiscais objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, diferenças de informações transmitidas para Fazenda Estadual, bem como, visando rever a apropriação de créditos: a) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco; b) descumprimento de obrigações acessórias e; c) outros de menor expressão. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R\$335.318 em 31 de dezembro de 2013 (R\$256.578 em 31 de dezembro de 2012).

#### Cíveis e outros

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a renovação de contratos de locação ou a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas;
- Processos administrativos instaurados pelos PROCONs em alguns estados onde exerce as suas atividades;
- Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços, decorrente de rescisão contratual.

O montante envolvido nos referidos processos cíveis e outros perfaz a importância aproximada de R\$81.539 em 31 de dezembro de 2013 (R\$60.754 em 31 de dezembro de 2012).

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são consideradas como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$407.104 em 31 de dezembro de 2013 (R\$306.016 em 31 de dezembro de 2012).

#### g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuaram depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais. Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos depósitos judiciais era de R\$261.180 e R\$268.245, Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$141.756 e R\$179.532, Controladora e Consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

#### h) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações civis, trabalhistas e tributárias, como demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Equipamentos	Carta Fiança	Total
Tributárias	15.112	-	788.014	803.126
Trabalhistas	2.350	-	3.443	5.793
Cíveis e outras	-	1.302	54.876	56.178
Total	17.462	1.302	846.333	865.097

#### i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, tributos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitos à fiscalização em período que variam entre 5 e 30 anos.

### 22. Operações de arrendamento mercantil

### a) Arrendamento mercantil operacional

### (i) Compromissos e obrigações

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Passivo bruto de arrendamento mercantil		_		
operacional - Pagamentos mínimos de aluguéis				
Menos de 1 ano	694.336	148.561	699.617	409.562
De 1 a 5 anos	2.038.702	121.590	2.058.316	984.039
Mais de 5 anos	3.172.541	41.500	3.228.934	2.243.580
	5.905.579	311.651	5.986.867	3.637.181

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais referem-se ao exercício contratual do curso normal da operação.

Controladora

Consolidado

Os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que variam de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de dezembro de 2013, o montante da multa seria de R\$489.740 (R\$361.639 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

#### a) Arrendamento mercantil operacional -- Continuação

#### (ii) Pagamentos realizados

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 3,3% das vendas realizadas nos estabelecimentos alugados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas				
durante o período	74.760	37.977	74.760	44.776
Pagamentos não contingentes	421.557	112.408	423.358	449.145

#### (iii) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 variam entre cinco e vinte anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei 8.245/91("Lei do Inquilinato"). Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação negociados entre as partes.

### b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro se referem a equipamentos de informática e veículos e em 31 de dezembro de 2013 totalizavam em R\$93.237 (R\$30.118 em 31 de dezembro 2012), de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel		
Menos de 1 ano	40.367	18.025
De 1 a 5 anos	61.894	20.000
Mais de 5 anos	24.499	
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	126.760	38.025
Encargos futuros de financiamento	(33.523)	(7.907)
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	93.237	30.118

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Receitas antecipadas

A Companhia recebeu antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e outros serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Garantias complementares ou estendidas	441.586	125.779	441.586	513.003
Outros	11.395	-	11.395	-
	452.981	125.779	452.981	513.003
Circulante	77.722	25.045	77.722	74.313
Não circulante	375.259	100.734	375.259	438.690

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
2015	78.001
2016	79.515
2017	70.004
2018	51.197
2019	49.568
2020	46.974
	375.259

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 2.895.453 e estava representado por 1.290.751 milhares de ações ordinárias e preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 2.895.453 e estava representado por 322.688 milhares de ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. A diferença do número de ações entre 2012 e 2013 é resultado do desdobramento das ações na proporção de 1 ação ordinária para 2 ações ordinárias e 2 ações preferenciais, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de novembro de 2013.

Os acionistas poderão, a qualquer momento, converter as ações ordinárias em ações preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que tais ações estejam integralizadas e que seja observado o limite legal e a ordem cronológica dos pedidos. Os pedidos de conversão devem ser apresentados pelos acionistas, conforme procedimentos e prazos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

#### b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não mantinha ações de sua própria emissão em tesouraria.

#### c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e o estatuto social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

### d) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

Reserva especial constituída com base na variação monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional e reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia.

### e) Reserva de capital – Transações com controladores

O valor registrado em reserva especial de ágio decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por GPA. Nos termos da Instrução CVM Nº 319, o ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66% de forma a remanescer o benefício tributário que será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 05 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

A Companhia exerceu uma opção de compra para a aquisição do controle de Bartira, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 31 de outubro de 2013. Para tanto, o GPA fez uma contribuição de capital para a Companhia relativo ao valor justo da opção de compra, no montante de R\$ 314.457.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido -- Continuação

#### f) Custo de oferta de ações

Em dezembro de 2013 a Companhia concluiu a Distribuição Pública Secundária de Ações – Units. Os recursos captados com a referida oferta foram destinados diretamente aos acionistas controladores. Como parte deste processo, a Companhia incorreu em despesas estritamente relacionadas à oferta, tais como consultoria legal e de mercado de capitais, auditoria e comissões, totalizado R\$88.457. Estas despesas foram registradas no patrimônio líquido por tratarem-se de despesas relacionadas exclusivamente aos acionistas controladores e, portanto, com característica de distribuição de lucros.

#### g) Reserva de orçamento de capital

A Administração da Companhia propôs a retenção de parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, no valor decorrente do ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$157.343 (vide nota 32 (b)) e venda da Nova Pontocom com o ganho na reavaliação de parcela detida a valor justo na ordem de R\$543.422, este líquido de impostos diferidos no montante de R\$184.763 (vide nota 32 (a)), totalizando R\$516.002. Para tanto, será constituída reserva de orçamento de capital neste valor. Os saldos incluídos nesta reserva, poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou através de constituição de provisão para não realização de ativos (impairment), para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas. Por fim, a Administração da Companhia submeterá para aprovação da Assembleia de Acionistas o orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, em conformidade com o parágrafo 2º de tal artigo.

#### h) Reserva de investimento

Conforme a Lei 6.404/76, art. 199, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- Reforço de capital de giro;
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

### i) Plano de outorga de opções de compra de ações

### i.1) Via Varejo S.A.

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Via Varejo, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, com os interesses dos nossos acionistas; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido -- Continuação

- i) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação
  - i.1) Via Varejo S.A.-- Continuação

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3°, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, caso haja, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 7.179.520 (1.794.880 antes do desdobramento) ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço é equivalente ao valor médio de negociação de nossas ações nos últimos 20 (vinte) pregões da BM&FBovespa anteriores à data do exercício de opção.

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Programa 1	5.633.160	R\$6,34
Programa 2	1.546.360	R\$4,25
Total	7.179.520	•
		-
Necessidade de aumento de capital (1)	138.068	
Total de ações (*)	1.290.751.144	
em 31.12.2013 (2)		
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,01%	

(\*) Atualmente, apenas opções do programa 1 estão vigentes, e o preço de exercício em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 7,75.

O valor justo dos Programas 1 e 2 foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	outorga
Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$17,57 a R\$21,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido -- Continuação

- i) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação
  - i.1) Via Varejo S.A. -- Continuação

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. As despesas com o plano foram reconhecidas até setembro de 2011. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas.

A primeira data de exercício das referidas opções foi em setembro de 2009 e a última em setembro de 2011. As opções outorgadas poderão ser exercidas até setembro de 2014.

#### i.2) Plano de Remuneração Baseada em Ações - Nova Pontocom

A controlada Nova Pontocom mantém um plano de outorga de opções de ações com o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Nova Pontocom, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Nova Pontocom, incentivando a integração destes com a Nova Pontocom; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Nova Pontocom, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Nova Pontocom; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Nova Pontocom; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Nova Pontocom.

São elegíveis para participar do plano, executivos indicado pelo Conselho de Administração da Nova Pontocom (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no plano, nos respectivos programas e no contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de: (i) emissão através de aumento do capital da Nova Pontocom ou (ii) compra e venda, caso encontrem-se em tesouraria.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Nova Pontocom e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa. A outorga das opções do 1º Programa ocorreu em 08 de novembro de 2010, conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido -- Continuação

- i) Plano de outorga de opções de compra de ações -- Continuação
  - i.2) Plano de Remuneração Baseada em Ações Nova Pontocom -- Continuação

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Tranche 1	141.381	R\$ 5,49
Tranche 2	20.197	R\$ 5,81
Tranche 3	20.197	R\$ 6,11
Tranche 4	20.197	R\$ 6,13
Tranche 5	20.197	R\$ 6,14
Tranche 6	20.197	R\$ 6,15
Tranche 7	20.198	R\$ 6,15
Tranche 8	20.198	R\$ 6,14
Quantidade de ações em 31.12.2013 (1)	282.762	_
Ações em tesouraria (2)	282.762	_
Total de ações Nova Pontocom (3)	28.000.000	_
Potencial de diluição = (1-2)/(3)	0,00%	-

O valor justo das tranches foi calculado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados da outorga
Volatilidade atualizada esperada	56,8%
Período de aquisição	50% no início, mais 7,14% em 7 semestres
Taxa livre de risco	De 10,72% a 11,90%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$ 5,49 a R\$ 6,15

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a despesa registrada no resultado da Nova Pontocom foi de R\$474 (R\$1.120 em 31 de dezembro de 2012). O valor de despesa com o Plano não alterou devido à desconsolidação da Nova Pontocom na Companhia ocorrida em 30 de setembro de 2013.

#### i.3) Plano de Remuneração Baseada em Ações - CBD

A Via Varejo tem executivos contratados que por trabalharem anteriormente na controladora fizeram jus ao plano de remuneração baseada em ações de CBD, sem que ainda tenha sido exercido.

Conforme previsto pelas normas contábeis, a prestação dos serviços destes diretores deve ser registrada como despesa na entidade que recebe os serviços, em contrapartida ao Patrimônio Líquido atribuível aos controladores. O montante no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$594 (R\$1.504 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido -- Continuação

### j) <u>Dividendos</u>

O Conselho de Administração da Companhia aprovou propostas da Diretoria Executiva para distribuição de dividendos, nos termos do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia. A primeira distribuição foi aprovada em reunião realizada em 26 de setembro de 2013, com base nos lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2013, no montante de R\$207.917, correspondente a R\$0,644255 por ação ordinária, e que será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2013, e o pagamento dos dividendos foi realizado no dia 31 de outubro de 2013. Adicionalmente em 17 de outubro de 2013 foi aprovado pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$182.361 correspondente a R\$ 0,565130 por ação ordinária, valor este referente ao lucro apurado no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e seu pagamento foi efetuado no dia 08 de novembro do mesmo ano.

Com base nos dividendos já distribuídos, a proposta da diretoria é de não distribuir dividendos adicionais referentes ao exercício de 2013.

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro Líquido do Exercício	1.159.542	320.709
Compensação de prejuízo acumulado	<u> </u>	(300.960)
	1.159.542	19.749
Reserva legal	(57.977)	(987)
Base de cálculo dos dividendos	1.101.565	18.762
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	275.391	4.690
Dividendos pagos antecipadamente	390.278	-
Dividendos mínimos a distribuir	-	4.690
Reserva de investimentos	106.828	14.072
Reserva de orçamento de capital	516.002	-
Custo de oferta de ações	88.457	_

#### 25. Receita operacional líquida

	Controladora		Conso	lidado
=	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Mercadorias	24.035.157	5.769.564	24.035.157	21.748.880
Serviços	1.054.721	169.697	1.070.621	1.078.099
Serviços financeiros	1.212.343	-	1.212.343	893.608
Devoluções e cancelamento de vendas	(1.344.439)	(329.355)	(1.344.438)	(1.315.042)
Receita bruta de vendas	24.957.782	5.609.906	24.973.683	22.405.545
Impostos	(3.215.091)	(699.045)	(3.217.738)	(2.950.835)
Receita de vendas de bens e serviços	21.742.691	4.910.861	21.755.945	19.454.710

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolic	dado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Custo com estoques	15.053.431	3.629.351	15.055.825	13.579.759
Despesas com pessoal	2.076.415	431.557	2.129.977	2.026.879
Serviços de terceiros	2.422.735	606.442	2.377.788	2.196.594
Material de consumo	138.392	21.396	143.430	200.040
Outras despesas	307.816	33.239	305.337	211.199
	19.998.789	4.721.985	20.012.357	18.214.471
Custo das mercadorias vendidas	15.053.431	3.629.351	15.055.825	13.579.759
Despesas com vendas	4.405.095	915.611	4.419.044	3.831.407
Despesas gerais e administrativas	540.263	177.023	537.488	803.305
	19.998.789	4.721.985	20.012.357	18.214.471

#### 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado (a)	(19.420)	7.171	(19.299)	42.043
Provisão para perdas - lojas CADE (b)	(30.363)	-	(30.363)	-
Despesas com reestruturação	(35.297)	11.751	(35.297)	(22.731)
Gastos com associação (c)	(55.290)	-	(55.290)	· -
Ganho com Investimentos (d)	771.679	-	771.679	-
Outras	(21.035)	(5)	(22.624)	(20)
-	610.274	18.917	608.806	19.292
Outras receitas operacionais	834.506	18.969	854.719	57.045
Outras despesas operacionais	(224.232)	(52)	(245.913)	(37.753)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	610.274	18.917	608.806	19.292

- a) Em 31 de dezembro de 2013, os valores da Controladora e Consolidado estão impactados pelo montante de R\$(13.731), reconhecidos nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013, que tem a mesma natureza das despesas apresentadas no item (c) abaixo.
- b) Valor referente à provisão das 39 lojas não vendidas no processo de cumprimento do Termo de Compromisso de Desempenho celebrado com o CADE. Vide nota explicativa nº 1 (d).
- c) Valor referente aos efeitos finais dos trabalhos de consultores externos concluídos em outubro de 2013 (vide nota explicativa nº 1(c)). O montante total compreende: (i) R\$(57.923) referente a gastos com associação reconhecidos nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013; (ii) R\$(54.667) referente a baixas de recebíveis que foram concluídos como não passíveis de reembolso pelas partes; e (iii) R\$57.300 referentes a recebíveis até então considerados contingentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas -- Continuação

d) Os ganhos com investimentos referem-se a: (i) avaliação a valor justo do investimento já detido pela Companhia em Bartira de R\$157.343, conforme nota 32(b), (ii) ganho com a venda de 6,2% de participação no capital social de Nova.com, no montante de R\$70.913, conforme nota 32(a) e, (iii) avaliação a valor justo da participação retida em Nova.com no montante de R\$543.422, conforme nota 32(a).

#### 28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(358.301)	(47.980)	(358.841)	(358.727)
Custo com venda de recebíveis	(384.092)	(112.999)	(384.092)	(328.600)
Atualizações passivas	(41.294)	(19.970)	(41.432)	(29.982)
Outras despesas financeiras	(32.128)	(7.431)	(30.265)	(27.719)
Total de despesas financeiras	(815.815)	(188.380)	(814.630)	(745.028)
Receita financeira				
Rentabilidade do caixa e equivalentes de caixa	157.996	15.365	160.637	71.960
Atualizações ativas	59.070	66.221	61.604	94.984
Outras receitas financeiras	40.499	1.003	41.674	3.748
Total de receitas financeiras	257.565	82.589	263.915	170.692
Resultado financeiro, líquido	(558.250)	(105.791)	(550.715)	(574.336)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 29. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tiver um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia concedeu a determinados colaboradores plano de remuneração baseado em ações (vide nota explicativa nº24), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído.

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2013 31.12.2012					
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Dividendos propostos	199.308	190.970	390.278	-	-	-
Lucro básico alocado e não distribuído	392.850	376.414	769.264	320.709	-	320.709
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	592.158	567.384	1.159.542	320.709	-	320.709
Denominador básico (em milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	659.165	631.587	1.290.751	322.688	-	322.688
Lucro básico por milhares de ações	0,90	0,90	0,90	0,99	-	0,99
Numerador diluído						
Dividendos propostos	199.308	190.970	390.278	-	-	-
Lucro alocado e não distribuído	392.850	376.414	769.264	320.709	-	320.709
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferenciais	592.158	567.384	1.159.542	320.709	-	320.709
Denominador diluído						
Opções de compra	138	-	138	-	-	-
Média ponderada das quantidades de ações (milhares)	659.303	631.587	1.290.889	322.688	-	322.688
Média ponderada diluída das ações (milhares)	659.441	631.587	1.291.027	322.688		322.688
Lucro diluído por milhares de ações	0,90	0,90	0,90	0,99	-	0,99

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 30. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2011 ocorreu a transferência das operações das Lojas Extra Eletro do GPA para a Companhia. Determinados funcionários eram elegíveis a um plano de previdência privada complementar de contribuição definida, o qual foi mantido pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia estendeu este plano para outros funcionários no decorrer dos períodos subsequentes. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$512 (R\$543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O plano contava com 34 participantes em 31 de dezembro de 2013 (31 participantes em 31 de dezembro de 2012).

#### 31. Cobertura de seguro

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2013 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	7.655.904
Lucro	Lucros cessantes	1.435.885
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	186.546

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$318.630.

(\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

#### 32. Venda e aquisição de subsidiárias

### a) Venda de participação acionária da Nova Pontocom

Conforme fato relevante divulgado em 17 de outubro de 2013, a Companhia celebrou a venda de 6,20% das ações do capital social da Nova Pontocom para sua controladora CBD, alterando a participação no capital social de Nova.com detido por Via Varejo de 52,10% para 43,90%.

Sendo assim, a Via Varejo transferiu o controle da Nova.com para sua controladora CBD.

Concomitante com a venda, foi firmado nesta mesma data, um novo Acordo de Acionistas da Nova.com, o qual estabelece novos parâmetros de governança corporativa.

Com a alienação do controle de Nova.com, além do ganho realizado pela venda de 6,2% de participação, a Companhia também reconheceu um ganho na reavaliação de parcela detida a valor justo na ordem de R\$543.422, calculado com base no preço de venda (R\$358.658 líquido de imposto de renda e contribuição social). O preço de venda recebido em 17 de outubro de 2013 foi de R\$ 80.000, gerando um ganho adicional de R\$70.913.

Os resultados da Nova Pontocom estão apresentados na rubrica "lucro líquido de operações descontinuadas" das demonstrações do resultado consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 32. Venda e aquisição de subsidiárias -- Continuação

## a) Venda de participação acionária da Nova Pontocom -- Continuação

Segue abaixo os ativos e passivos da Nova Pontocom:

	30.09.2013
Caixa e equivalentes de caixa	125.375
Estoques	506.664
Impostos a recuperar	335.252
Outros ativos	232.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.503
Imobilizado	71.828
Intangível	97.025
Total Ativo	1.417.823
Fornecedores	(1.045.888)
Partes relacionadas	(269.645)
Outros passivos	(50.130)
Total Passivo	(1.365.663)

Segue abaixo as demonstrações de resultado detalhada da Nova Pontocom:

	30.09.2013	31.12.2012
Receita operacional líquida	2.881.629	3.408.514
Custo das mercadorias vendidas	(2.449.308)	(2.918.082)
Resultado bruto	432.321	490.432
Despesas operacionais	(385.111)	(382.636)
Resultado operacional	47.210	107.796
Resultado financeiro, líquido	(91.100)	(103.055)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da	(43.890)	4.741
contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social	13.783	(1.836)
Resultado com operações descontinuadas	(30.107)	2.905
Atribuído aos sócios da controladora	(15.084)	1.455
Atribuído aos acionistas não-controladores	(15.023)	1.450

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 32. Venda e aquisição de subsidiárias -- Continuação

### a) Venda de participação acionária da Nova Pontocom -- Continuação

Segue abaixo os fluxos de caixa resumidos da Nova Pontocom:

_	30.09.2013	31.12.2012
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.633	14.356
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(50.029)	(42.266)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(104.065)	100.654
	(85.461)	72.744

Para fins da demonstração de fluxo de caixa Consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido transferido. Sendo assim, o valor de R\$ 80.000 recebido na venda, será reduzido do equivalente de caixa da Nova Pontocom, o que totaliza uma redução de caixa de R\$ 45.375.

#### b) Combinação de negócio - Bartira

Até 31 de outubro de 2013, a Companhia e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") eram investidores da Bartira, com participações de 25% e 75%, respectivamente. Em data anterior à data da combinação de negócios, a Companhia detinha uma opção de compra dos 75% remanescentes. Em 31 de outubro de 2013 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou o exercício da opção de compra da participação remanescente em Bartira ("Opção de Compra"). Uma notificação foi enviada a CB em 1º de novembro de 2013 informando a intenção de exercício da Opção de Compra, e o pagamento do preço de exercício, bem como a transferência das quotas do capital social de Bartira, foram realizados em 2 de dezembro de 2013. O preço de exercício da opção de compra foi de R\$ 212.273. Após a transação, a Companhia passa a deter a totalidade do capital social e o controle de Bartira. A aquisição de Bartira proporcionará à Companhia vantagem competitiva na comercialização de móveis, consolidando a Via Varejo no segmento.

Conforme o CPC 36(R3) (IFRS 10), a partir do momento em que o detentor de uma opção de compra tem as condições financeiras necessárias e o direito unilateral e discricionário de exercer a opção de compra, o instrumento detido deve ser considerada como direito substantivo, e consequentemente, o controle obtido. A opção de compra detida pela Companhia poderia ter sido exercida a partir da notificação enviada à CB, ou seja, 1º de novembro de 2013, sendo esta a data da combinação de negócios de Bartira.

Como parte da combinação de negócios de NCB, reconhecida nas demonstrações financeiras do Controlador GPA do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Opção de Compra foi adquirida por GPA. Através da aprovação do exercício da Opção de Compra realizada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2013, a Opção de Compra, anteriormente detida pelo GPA, foi transferida para a Companhia através de uma contribuição ao patrimônio líquido realizada pelo acionista controlador. O valor da Opção de Compra transferida pelo GPA foi de R\$314.457.

Imediatamente anterior à data da combinação de negócios, a Companhia detinha 25% de participação em Bartira ("PHEI"). O valor do PHEI foi mensurado ao seu valor justo na data de aquisição, através do método do fluxo de caixa descontado, e monta R\$175.576. O valor justo do PHEI comparado ao valor contábil do investimento detido resultou em um ganho no valor de R\$157.343, apresentado na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 32. Venda e aquisição de subsidiárias -- Continuação

#### b) Combinação de negócio -- Continuação

Conforme CPC 32 (IAS12) parágrafo 39, não foi reconhecido imposto de renda diferido sobre o ganho aferido, dado que a Companhia não tem a intenção de alienar este investimento.

Dessa forma, a contraprestação transferida para a consecução da combinação de negócios é determinada por (i) o preço de exercício da opção de compra no valor de R\$212.273; (ii) o valor justo da opção de compra detida pela Companhia imediatamente anterior a combinação de negócios no valor de R\$314.457; e (iii) o valor justo do PHEI no valor de R\$157.343.

Os valores justos provisórios dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Bartira, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	01.11.2013
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	980
Estoques	50.925
Imposto de renda diferido	4.142
Outros	39.862
Imobilizado	138.516
Intangível	82.383
Ativos adquiridos	316.808
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(18.676)
Materiais e serviços	(62.388)
Provisão para contingências	(119.178)
Outros	(17.951)
Passivos assumidos	(218.193)
Ativos líquidos identificáveis	98.615
Contraprestação transferida	212.273
Valor justo da opção de compra detida	314.457
Valor justo da participação anteriormente detida	175.576
Ágio gerado na aquisição	603.691

Para fins da demonstração de fluxo de caixa Consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido adquirido. Sendo assim, o valor apresentado será R\$212.273 reduzido de 75% do equivalente de caixa da Bartira, o que totaliza R\$211.535. O ágio gerado na aquisição foi integralmente alocado no segmento eletro, e está substanciada pela rentabilidade futura que Bartira proporcionará para a Companhia.

Não há expectativa de perdas por não recuperação (*impairment*) do saldo de recebíveis de Bartira devido à combinação de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 32. Venda e aquisição de subsidiárias -- Continuação

#### b) <u>Combinação de negócio</u> -- Continuação

Mensuração subsequente - alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle da Bartira foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 (IFRS 3R). A Companhia não obteve uma avaliação final do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a fim de concluir a avaliação da combinação de negócios.

Em cumprimento ao CPC 15, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 1º de novembro de 2013 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios. A Companhia não espera que exista mudanças significativas na avaliação dos ativos líquidos adquiridos e dos intangíveis já identificados.

Os custos da transação, no total de R\$915, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica "Outras despesas operacionais".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 33. Informações sobre os segmentos

Até 30 de setembro de 2013, a Administração monitorava dois segmentos, como segue:

- Lojas físicas inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Comércio eletrônico inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviagens.com.br.

O monitoramento do segmento comércio eletrônico foi descontinuado na data supra mencionada, e a Administração continuou apenas a monitorar o segmento lojas físicas. Não há monitoramento específico pela Administração de cada bandeira.

A Administração monitorava separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento era avaliado com base no resultado operacional e era mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras consolidadas. O financiamento da Via Varejo (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda eram administrados de forma segmentada. As operações da Bartira e CBCC são monitoradas em conjunto ao segmento lojas físicas, pois operam em consonância com este segmento.

A Companhia tem operações de lojas de eletrodomésticos localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais eram divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destinava recursos e avaliava o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos dois segmentos.

A Companhia calculava os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que incluía algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisava o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões eram feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões eram corrigidos, quando aplicável, em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 33. Informações sobre os segmentos -- Continuação

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

	Saldos em 31.12.2013	Saldos em 30.09.2013
Descrição	Lojas físicas	Comércio eletrônico
Receita líquida de vendas	21.755.945	2.881.629
Lucro bruto	6.700.120	432.321
Depreciação e amortização	(130.161)	(4.329)
Despesas financeiras	(814.630)	(99.639)
Receita financeira	263.915	8.539
Lucro operacional	2.222.233	47.210
Resultado da equivalência patrimonial Lucro antes do imposto de renda e da	15.132	-
contribuição social	1.686.650	(43.890)
Imposto de renda e contribuição social	(512.024)	13.783
Lucro líquido do período	1.174.626	(30.107)
Ativo circulante	8.984.634	1.008.164
Ativo não circulante	4.473.189	409.659
Passivo circulante	7.809.434	1.360.324
Passivo não circulante	1.697.586	5.338

Em 2013, o resultado do segmento de comércio eletrônico foi considerado como operações descontinuadas.

	Salo	los em 31.12.2012	
		Comércio	
Descrição	Lojas físicas	eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	19.437.736	3.408.514	22.846.250
Lucro bruto	5.857.977	490.432	6.348.409
Depreciação e amortização	(152.945)	(9.675)	(162.620)
Despesas financeiras	(745.027)	(113.037)	(858.064)
Receita financeira	170.692	9.982	180.674
Lucro operacional	1.106.588	107.796	1.214.384
Resultado da equivalência patrimonial Lucro antes do imposto de renda e da	(454)	-	(454)
contribuição social	531.799	4.741	536.540
Imposto de renda e contribuição social	(212.545)	(1.836)	(214.381)
Lucro líquido do exercício	319.254	2.905	322.159
Ativo circulante	7.650.902	861.609	8.512.511
Ativo não circulante	3.234.372	335.589	3.569.961
Passivo circulante	6.324.067	1.115.274	7.439.341
Passivo não circulante	1.647.530	13	1.647.543

As informações não são comparáveis com a demonstração de resultado reapresentado devido a operação descontinuada de Nova.com conforme descrito na nota 32(a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Eventos subsequentes

### Termo de Compromisso de Desempenho - CADE

Entre 1º de janeiro e 12 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu 7 lojas relacionadas às exigências do CADE para a aprovação do Acordo de Associação. Vide nota explicativa 1(d).

A conclusão da venda destas lojas depende do cumprimento de condições precedentes, o que pode influenciar no preço final da alienação.